



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

LUCAS BASTOS DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA
UFRB: impactos e resultados para a permanência de estudantes
em vulnerabilidade socioeconômica.**

CACHOEIRA- BA

2014

LUCAS BASTOS DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA
UFRB: impactos e resultados para a permanência de estudantes
em vulnerabilidade socioeconômica.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ms. Fabrício Fontes de Andrade.

CACHOEIRA- BA

2014

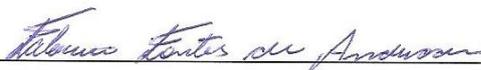
LUCAS BASTOS DOS SANTOS

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRB:

Impactos e resultados para permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Cachoeira – BA, aprovada em 10/11/2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Fabrício Fontes de Andrade
(Orientador – UFRB)



Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Membro Interno – UFRB)



Bel.^a Denise de Lima Silva
(Membro Interno – UFRB)

A todos os profissionais da PROPPAE
que acreditam e lutam por uma educação
pública de qualidade e pela valorização
da política de assistência estudantil.

AGRADECIMENTOS

“E num mundo tão avesso, essa gente não tem preço, Pois são de mais, são pura luz”. Tenho dificuldades em agradecer, por acreditar que palavras não seriam suficientes para expressar algo tão profundo, por achar que quando prendo esse sentimento em palavras acabo retirando parte de sua magia e magnitude, mas desta vez não posso deixar de expressar minha gratidão às pessoas que foram especiais na produção desse trabalho, que me ajudaram a realizar este projeto, a viver esse sonho, que hoje me projeta para novas possibilidades.

À Deus, razão da minha existência e verdadeiro conhecedor daquilo que sou, Aquele que quando menos mereço, fornece tudo o que necessito.

À minha família, de forma muito especial a minha mãe, por todo amor e dedicação, aquela que na sua fragilidade nos mostra o tamanho da sua força; ao meu pai, exemplo de força e superação, maior patrocinador deste e de todos os meus sonhos e aos meus irmãos, por me ensinarem a ouvir, calar, me posicionar, administrar conflitos e, principalmente, respeitar o outro, ainda que não concorde. “com vocês eu vou ao mundo inteiro, sem medo de errar o caminho.” Amo todos vocês!

A toda a equipe PROPAAE, de forma especial aos profissionais da CAE. Obrigado pela acolhida, pela atenção e pelos momentos de aprendizado.

As assistentes sociais da PROPAAE, em especial a Lu e Denise, pela atenção, acolhimento e preocupação com a minha formação. Muito obrigado pelos momentos de discussão, conselhos, trocas, orientações e dicas, por compartilharem comigo suas histórias, suas lutas, suas experiências e suas vivências. Muito mais que excelentes profissionais, vocês são pessoas INCRÍVEIS.

À André, por sua importante contribuição neste processo. Sem a sua ajuda este trabalho não seria possível. Obrigado pela força. Você é o cara!

Aos colegas estagiários do Programa Sankofa (estagio de vivências institucional), em especial a Tarcísio, e Nanda, com quem compartilhei a momentos de correria, resenhas e muito aprendizado. Vocês são demais!

Aos colegas, de forma muito especial aos amigos que fiz durante o processo construtivo Marivan, Diego, Kamila, Lorena com quem cresci, amadureci e aprendi a

enxergar o mundo e as pessoas com novos olhares. De forma especial a Daniel, que foi o maior incentivador deste trabalho. Obrigado pela parceria, pela preocupação e pela generosidade.

Ao Movimento Escalada, “Uma família, um lar”, serviço capaz de despertar em mim o melhor que eu possa vir a ser. Obrigado por me permitir crescer ao lado de vocês.

Aos meus amigos, irmãos de luta e afinidade: obrigado pelos momentos de companheirismo, lealdade e amor.

A Thiago (Sequinho), meu amigo, irmão que esteve ao meu lado em todos os momentos desta caminhada, meu exemplo de generosidade, respeito e superação, que na convivência diária compartilhou momentos de alegrias e dificuldades, que fez da sua família a minha família, da sua casa, a minha casa. *“Pra mim você é o meu grande irmão, sorriso sincero, Deus no coração.”* - Te amo!

A Fabrício, professor, orientador, supervisor e amigo! Obrigado pela generosidade, pela confiança, respeito, alteridade, liberdade, puxões de orelha e direcionamentos fundamentais para minha formação e informação.

E a todos que que, de alguma forma contribuíram com indicações, correções e direcionamentos.

Este trabalho tem ‘um muito’ de todos vocês!

“Eu nunca paro, eu não calo, eu não canso”

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - Mapa do Recôncavo da Bahia

FIGURA 02 - Distribuição das IFES nas unidades da federação (2003)

FIGURA 03 – Organograma da UFRB

FIGURA 04 – Organograma PROPAAE

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Caracterização dos Municípios-sede da UFRB

TABELA 02 – Cursos de graduação e pós-graduação da UFRB

TABELA 03 – Crescimento socioeconômico das cidade-sede da UFRB (2000 – 2010)

TABELA 04 – Relação candidato x vaga

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Crescimento orçamentário do PNAES

GRÁFICO 02 - Estudantes assistidos pelo PPQ

GRÁFICO 03 - Crescimento do numero de estudantes assistidos (2006 - 2013)

GRÁFICO 04 - Concorrência PPQ (2006 - 2013)

GRÁFICO 05 - Distribuição por gênero

GRÁFICO 06 - Faixa etária

GRÁFICO 07 - Autodeclaração raça/cor

GRÁFICO 08 - Renda familiar

GRÁFICO 09 - Cidade de origem dos estudantes

GRÁFICO 10 - Centro de ensino

GRÁFICO 11 - Distribuição dos estudantes assistidos por modalidade

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRUFBA - Escola de Agronomia da UFBA

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das instituições Federais de Ensino Superior

BID - Banco Mundial

CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis

CAHL - Centro de Artes Humanidades e Letras

CCAB - Centro de Ciências Agrárias e Biológicas

CCS- Centro de Ciências da Saúde

CECULT - Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas

CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnologias

CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e

CFP - Centro de Formação de Professores

CONAC - Conselho Acadêmico

CONCUR - Conselho Curador

CONSUNI - Conselho Universitário

CPA – Coordenadoria de Políticas Afirmativas

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FMI - Fundo Monetário Internacional

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

MEC - Ministério da Educação

PNAEST – Programa Nacional de Assistência Estudantil das Universidades Estaduais

NAIE – Núcleo de Assistência Integrada ao Estudante

NEPAAE - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis

NUGAD - Núcleo de Gestão Administrativa

Núcleo de Gestão de Infraestrutura (NUGIN)
NUEL - Núcleo de Esporte e Lazer
NUGEDS - Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação
NUPER - Núcleo de Promoções de Permanência e Pós-Permanência
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PNAES – Plano/ Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGCI - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação
PPQ – Programa de Permanência Qualificada
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal
PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação
PROPAAE - Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROPAAE – Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SMURB – Serviço Médico Universitário Rubens Brasil Soares
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB – Universidade Estadual da Bahia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES (Decreto 7.234/2010) e sua implementação no âmbito da UFRB. Para isto, parte-se da contextualização histórica do ensino superior no Estado da Bahia a fim de compreender a formação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a história de lutas e mobilizações que compõem este cenário. Apresenta-se também, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, compreendendo como este processo de abertura/ (re) democratização das IFES contribui para o surgimento da UFRB e como influencia na ampliação da discussão em torno Política de Assistência Estudantil no país. O PNAES apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior e tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. A operacionalização de tal estudo deu-se a partir de pesquisas bibliográficas e documentais e uma análise quantitativa descritiva a partir dos dados disponibilizados pelo banco dados da PROPAAE a fim de identificar o perfil socioeconômico dos estudantes assistidos pelo Programa. Através do cruzamento dos dados verificou-se que o PPQ se mostra eficaz na medida em que atende aos estudantes inseridos no perfil proposto pelo PNAES, porém, a oferta do Programa ainda não corresponde a real demanda dos estudantes que dele necessitam.

Palavras-chave: Ensino Superior, Assistência Estudantil, PNAES, PROPAAE.

ABSTRACT

This work aims to study the National Student Assistance Program - PNAES (Decree 7234/2010) and its implementation within the UFRB context. For this, it starts from the historical context of higher education in the state of Bahia in order to understand the formation of the Bahia's Reconcavo Federal University and the story of struggles and mobilizations that composes this scenario. It presents also the Restructuring and Expansion of Federal Universities Program - REUNI, understanding how this process of opening / democratization of the IFES contributes to the emergence of UFRB and the influence in expanding the discussion around Student Assistance Policy in the country. The PNAES supports the permanence of low-income students enrolled in the undergraduate courses of the higher education's federal institutions and aims to facilitate equal opportunities for all students and contribute to academic improvement performance from measures which seek address situations repetition and dropout. The operationalization of such study took place from bibliographic and documentary research and a descriptive quantitative analysis based from the data available by the PROPAAE's bank data to identify the socioeconomic profile of students assisted by the program. Through the intersection of the data it was verified that the PPQ has proven efficient in that it caters to students inserted in the proposed PNAES profile, however, the Program's offer still not match the actual demand of students who need it.

keywords: Higher education, Student Assistance, PNAES, PROPAAE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 CAPÍTULO I: A UFRB E O RECÔNCAVO DA BAHIA	4
2.1 Conhecendo o Recôncavo	4
2.2.1 A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	15
2.2.2 Desenho e trajetória institucional	17
3 CAPÍTULO II: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB	26
3.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES	26
3.2 A Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE	38
3.3 O Programa de Bolsa Permanência – PBP	41
3.4. O Programa de Permanência Qualificada (PPQ)	42
4 CAPÍTULO III: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB: IMPACTOS E RESULTADOS PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA.	46
4.1 Caminhos percorridos	46
4.2 Metodologia	46
4.3 Análise e Interpretação dos dados e construção do perfil socioeconômico.	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

1 INTRODUÇÃO

A formação cidadã e profissional são temas que ao longo dos últimos anos vêm ganhando mais espaço na pauta do debate político, educacional e social, onde a educação é tida como a principal condição para assegurar a ascensão social e profissional do cidadão, visto que pode ser apresentada como direito indispensável para o exercício da cidadania.

Nos últimos anos, houve um aumento da demanda do ensino superior entre os jovens de baixa renda, um processo que traz consigo avanços e também contradições, uma vez que as políticas de expansão do ensino superior brasileiro não necessariamente garantem que estes estudantes consigam permanecer na universidade e, muito menos, concluir a graduação. Assim, a democratização do acesso à permanência e qualidade do ensino superior se configura como condições necessárias para que a educação possa efetivar seu papel na promoção de igualdade das oportunidades.

De acordo a Constituição Federal brasileira em seu capítulo III, artigo 205, afirma-se: “A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovido e incentivado com a elaboração da Sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” A Constituição de 1988 representa a (re) conquista de cidadania sem medo, onde nela, fica nítido um dos mais importantes avanços deste período demarcado pela travessia definitiva da educação para o campo público, rumo à primazia do Estado.

Com o Reuni, o Governo Federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão iniciada em 2003. O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais contribui para um novo ciclo da história da educação superior na Bahia, marcada por lutas históricas que culminam na criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano que surge com

a missão de atender a população do Recôncavo e contribuir para o desenvolvimento regional marcando o processo de reestruturação e redemocratização da educação superior no Estado. Mas, garantir o acesso à universidade é suficiente para diminuir as desigualdades sociais? Facilitar a forma de ingresso dos estudantes de baixa renda à universidade garante que estes consigam permanecer nestes espaços?

Contemporâneo ao Reuni, em 2007 surge o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que entendeu a importância da assistência estudantil como um fator de incorporação dos estudantes em condição de vulnerabilidade social no processo de democratização da universidade. Destina-se a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial de instituições federais de ensino superior e permitir o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes subalternizadas nas Instituições Federais de Ensino (IFES).

Em 2010, o PNAES assume o caráter de Programa através do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, define-se como Programa Nacional de Assistência Estudantil a ser executado no âmbito do Ministério da Educação com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e visando incorporar as demais propostas do Ministério da Educação (MEC), almejando a expansão da oferta de vagas, garantia de qualidade, inclusão social e redução da repetência e da evasão.

Na UFRB, o Programa de Permanência Qualificada (PPQ), é uma das ações constituintes do conjunto de políticas que têm o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso e permanência dos estudantes, com recursos oriundos do Ministério da Educação/PNAES.

A partir destas informações, sente-se a necessidade de compreender a importância da discussão a cerca da assistência estudantil, que se apresenta como um ambiente historicamente desigual e permeado de contradições sociais que se materializam na negação do direito de acesso e permanência à educação superior pública de qualidade em regiões como o Recôncavo.

Diante do exposto, surgem inquietações e o desejo de compreender como a Política de Assistência Estudantil se materializa na vida dos discentes. Qual a

efetividade do PNAES, implementado na UFRB, para a permanência e conclusão dos estudantes em situação de vulnerabilidade social na universidade?

Através deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, que está dividido em três capítulos, pretende-se avançar nas discussões a cerca do PNAES e sua implementação no âmbito da UFRB.

No capítulo I: **A UFRB E O RECÔNCAVO DA BAHIA** realizamos uma revisão documental e bibliográfica da formação social, histórica e cultural do Recôncavo, partindo da contextualização territorial e trazendo reflexões a cerca da trajetória da educação superior no Estado da Bahia, o programa de (re) democratização das IFES, como estes interferem no surgimento da UFRB e como a mesma está estruturada.

O capítulo II, **A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB**, visa descrever os principais programas de Assistência Estudantil no âmbito do PNAES e compreender como este se materializa na UFRB, através da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE e seus programas, principalmente o Programa de Permanência Qualificada (PPQ), tido como o maior programa de assistência estudantil da instituição.

Por fim, o capítulo III: **AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB: IMPACTOS E RESULTADOS PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA**, traz as motivações para esta pesquisa, a metodologia e os instrumentos utilizados para a construção deste trabalho. Nesta sessão, buscaremos, a partir das reflexões construídas ao longo dos capítulos anteriores e de um levantamento de dados realizado junto a PROPAAE, verificar o alcance dos Programas de Assistência Estudantil na UFRB, o quantitativo do número de discentes assistidos e compreender o perfil dos estudantes assistidos pelo Programa de Permanência Qualificada – PPQ e de que forma o benefício contribui para a permanência destes na universidade.

Este trabalho tem o objetivo de contribuir para o debate a cerca da política assistência estudantil, a partir de um viés até então inexplorado, superando a discussão generalista a respeito do tema e aprofundando numa realidade específica: o Recôncavo Baiano e as peculiaridades que permeiam tanto a região quanto o seu povo.

2 CAPÍTULO I: A UFRB E O RECÔNCAVO DA BAHIA

2.1 Conhecendo o Recôncavo

O Brasil apresenta uma vasta diversidade cultural, econômica e social entre as suas regiões, fruto da construção sócio-histórica de cada uma. Neste sentido, ao propor uma discussão sobre a assistência estudantil na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, faz-se necessário contextualizar o cenário desta discussão para que possamos compreender sobre qual região nos referimos e o que representa a existência de uma universidade federal neste meio. Para tal, nos reportaremos a documentos internos da instituição (UFRB) e a poucos autores que se propõem a discutir a Região do Recôncavo Baiano.



Figura 1: Mapa do Recôncavo da Bahia
Fonte: Google Imagem

O termo recôncavo, originalmente usado para designar o conjunto de terras em torno de qualquer baía, se associou, no Brasil, desde os primórdios da colonização, à região que forma um arco em torno da Baía de Todos os Santos. (NACIF, 2010).¹O Recôncavo Baiano, território cuja construção histórica, social, econômica e cultural data desde o início da colonização brasileira, divide opiniões no que diz respeito à questão territorial. A depender do ponto de vista que se adote, ou seja, geográfico, econômico ou cultural, as definições e delimitações do Recôncavo são muito variáveis. Quanto aos municípios que compõem a região, por exemplo, o número vai de 17 até 96.

Para situar geograficamente essa região, que se caracteriza não apenas pelas suas incríveis variáveis físico-naturais, mas, sobretudo, por sua história e dinâmica sociocultural, optaremos pela definição fornecida pelo Guia Cultural da Bahia, vol. 2, e o Projeto de Criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2003, que adotam a divisão econômica do Estado. O Recôncavo corresponde a uma ampla região que compreende 92 municípios em cinco regiões econômicas do Estado da Bahia (Região Metropolitana de Salvador, Região Litoral Sul, Região Litoral Norte, Região do Paraguaçu e Região do Recôncavo Sul).

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, instituição que será campo de estudo deste trabalho, está sediada no município de Cruz das Almas e com mais cinco campi nos municípios de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Feira de Santana. Ela está situada na região econômica denominada Recôncavo Sul, que abrange 33 municípios: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçú, Saubara, Ubaíra e Varzedo. Juntos, esses municípios, ocupam uma área de 10.662 km², correspondendo a 1,8% da superfície total do Estado (564.692,67 km²).

1. Paulo Gabriel Soledade Nacif - Jornal A TARDE, A2, Salvador, Segunda-Feira, 16 de agosto de 2010.

Tabela 1:Caracterização sócio territorial dos municípios-sede da UFRB até 2012

INDICADORES:		AMARGOSA	CACHOEIRA	C. DAS ALMAS	S. A. DE JESUS
ÁREA		437,59 km ²	390,56 km ²	151,06 km ²	260,21 km ²
MICRORREGIÃO		Jequié	Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus
MESORREGIÃO		Centro Sul Baiano	Metropolitana de Salvador	Metropolitana de Salvador	Metropolitana de Salvador
ANO DE INSTALAÇÃO		1877	1693	1897	1880
IDHM	2000	0,487	0,516	0,574	0,560
	2010	0,625	0,647	0,699	0,700
FAIXA DO IDHM	2000	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
	2010	Médio	Médio	Médio	Alto
POPULAÇÃO	2000	30.963	30416	51.475	76.956
	2010	34351	32026	58606	90985

Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em pesquisa realizada no ano de 2007, a Região do Recôncavo Sul abriga um contingente de 725.497 habitantes, detendo cerca de 5, 1% da população estadual (14 080 654), sendo os municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus os maiores índices, 386,65 hab./ km² e 335,52 hab./ km², respectivamente. É importante frisar que, ao longo deste trabalho, não nos ateremos a estes dados, quando falamos de Recôncavo Baiano, nos referimos a muito mais de um “conceito histórico [do] que de uma unidade fisiografia” (SANTOS 1998: p.62).

Sua denominação vincula-se à área tradicionalmente ocupada pela lavoura açucareira, mesmo que tal atividade econômica não seja ou nunca tenha sido a de maior importância em determinadas áreas. Foi na borda litorânea e ao longo dos rios que desembocam na Baía de Todos os Santos que se estabeleceram os primeiros engenhos da região e em torno dos quais surgiram os primeiros povoados que dariam origem às primeiras paróquias: a de São Francisco do Conde, Passé Cachoeira e Santo Amaro. É neste espaço que se viveu uma das mais ricas experiências civilizatórias no Novo Mundo e síntese da convivência de grande diversidade de povos com trajetórias históricas, culturas e projetos distintos.

Apesar do sucesso e da predominância da lavoura canavieira, esta atividade predominou na região do massapé². Os solos arenosos foram ocupados pela agricultura do fumo que, rapidamente, se tornou atividade subsidiária da lavoura açucareira, dado o papel que desempenhava na compra de escravos africanos, enquanto o sul do Recôncavo especializava-se na produção de gêneros alimentícios, principalmente a mandioca, e madeiras para abastecimento dos engenhos e de Salvador.

Do ponto de vista socioeconômico, podemos observar também a composição de um espaço econômico muito mais pluralizado e dinâmico que a esboçada pela historiografia panorâmica. A pluralidade das relações econômicas foi algo marcante no Recôncavo, além das áreas situadas ao norte da Baía, correspondentes nos dias atuais aos municípios de São Francisco do Conde, Santo Amaro e Cachoeira, outras áreas dentro da própria extensão territorial do Recôncavo, desenvolveram atividades voltadas para o mercado interno de subsistência simultaneamente (FRAGA, 2006, p.31).

Localidades como os atuais municípios de Cruz das Almas, Maragogipe, Jaguaripe, Santo Antônio de Jesus e Nazaré das Farinhas tiveram destaque no século XIX, quando o assunto era a produção de fumo, mandioca e a criação de animais domésticos. Para Oliveira, a variedades de sistemas produtivos faz do Recôncavo uma região plural social e economicamente multifacetada, onde:

é possível identificarmos o Recôncavo canavieiro, o Recôncavo fumageiro, o Recôncavo mandioqueiro e da subsistência, o Recôncavo da pesca e o Recôncavo ceramista. Esses pequenos recôncavos revelam a diversidade, a não uniformidade do Recôncavo. Ao mesmo tempo, possibilita-nos pensar o Recôncavo como um grande conjunto composto de porções diferenciadas que, apesar de se integrarem, dão-lhe um caráter multifacetado (OLIVEIRA, 2000, p.49).

²O solo massapé é um solo encontrado principalmente no litoral nordestino, ele é composto a partir da decomposição de rochas com características minerais de gnaisses de tonalidade escura, calcários, filitos e granito. A Terra de Masapé é um solo siltoso-argiloso (muito rico), é escuro e rico em húmus. Surge na Zona da Mata, Recôncavo Baiano e sul da Bahia. Na região do Recôncavo Baiano, o massapé é oriundo da decomposição de rochas sedimentares, como os folhelhos (rocha argilosa em finas camadas) formados no período cretáceo.

Desde o século VXI, quando os primeiros engenhos foram construídos no Recôncavo, até as últimas décadas do século XIX, formou-se entorno da Baía de Todos os Santos, principalmente nas cidades de São Francisco do Conde, Santo Amaro e Cachoeira, conhecidas pela quantidade significativa de engenhos e a grande quantidade de escravos trabalhando no cultivo da cana, uma sociedade complexa, hierarquizada e prospera denominada por Schwartz de “sociedade do açúcar” (SCHWARTZ, 1988, p. 49).

De acordo com Reis (1990), há uma estimativa de 1814 que haveria no Recôncavo cerca de 40.800 escravos espalhados por 408 engenhos, uma média de cem por engenho. Em cada engenho haveria não mais de seis brancos e mulatos, ou seja, 2.450 em todos eles³.

O Recôncavo Baiano ficou conhecido pela forte presença de um número expressivo de negros escravizados durante todo o período escravista no Brasil e, somado a fatores, geográficos, sociais e econômicos, a região do Recôncavo tornou-se um dos primeiros pólos do sistema de colonização e exploração da América portuguesa.

Em fins do século XIX, os africanos e seus descendentes já representavam a maioria da população do Recôncavo; quase 70 por cento da população local eram negra e mestiça. Parte significativa dessa população negro-mestiça ainda vivia a experiência da escravidão. (FRAGA. 2010)

Com a abolição da escravatura em 1888, os negros escravizados, que correspondiam à maioria da população do Recôncavo na época, passam a ser alforriados, mas continuaram sendo tratados como espécie inferior e, por vezes, descritos como subespécie da raça humana, comumente diminuído frente ao Europeu, sofrendo não somente com a degradação ambiental, mas também com outras mazelas, visto que a pobreza generalizada e a desigualdade social estavam

³ Ainda de acordo com Reis (1990), Esses números, entretanto, não incluem os pequenos lavradores e os habitantes das vilas, o que certamente diminuiria a diferença entre livres e escravos. Ao contrário do Caribe, no Brasil a maioria dos escravos estava em mãos de pequenos e médios escravistas. E se os livres eram minoria, não eram uma minoria pequena. Um censo de 1835 da principal região açucareira, a freguesia de São Tiago do Iguape, comarca de Cachoeira, contou 3.982 escravos, 3.101 livres e 343 libertos. Embora maioria, os escravos não passavam de 54 por cento da população local. Mesmo considerando que em 1814 os escravos fossem em muito maior número, devido à maior intensidade do tráfico - em 1835 o tráfico, apesar de continuar, já era ilegal - é duvidoso que, nessa ou em qualquer data do século XIX, eles fossem mais de 70 por cento da população na área do açúcar.

enraizadas no solo do Recôncavo, fazendo desta, uma população historicamente desassistida de qualquer direito.

Não obstante, para além da escravidão e das desigualdades sociais, os africanos e seus descendentes tiveram papel fundamental na moldagem cultural do Recôncavo. As memórias da África marcariam para sempre a cultura do Recôncavo, moldando uma sociedade conhecida por sua religiosidade, culinária, musicalidade, sentimentos, formas de vestir, alimentar-se, divertir-se, de criar os filhos, de celebrar a vida e lidar com a morte. Tais características, segundo Falcón (2012), fazem com que o Recôncavo Baiano se apresente de forma ofuscante sobre as demais regiões do Estado, seja qual for a forma com a qual nos aproximemos desse espaço. Seja qual for o prisma pelo qual o tema seja abordado, isso é mais que compreensível. Fatores históricos, econômicos, sociológicos, políticos, administrativos e culturais contribuem para realçar a fisionomia do conjunto humano que se espalha nessa área litorânea, sublinhando a sua importância no contexto da formação baiana e sua influência no plano nacional. (FALCÓN 2012, p. 21)

2.2 Histórico da educação superior na Bahia.

A trajetória da educação superior da Bahia é marcada por reivindicações por parte de diversos atores sociais que pleiteavam pela presença de universidades no Estado, mas, é somente a partir do século XIX, que há a criação de algumas instituições de ensino superior como a Escola de Medicina em 1808, em Salvador e o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, em 1859, instalado no município de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano. No mesmo século, há o surgimento de outras, todas concentradas na capital baiana: Arquitetura – 1877, Belas Artes – 1887, Direito – 1891, Escola Politécnica – 1897. É também no século XIX que se tem o primeiro registro sobre a vontade da sociedade do Recôncavo da Bahia para criação de uma universidade federal nesta Região, em reunião realizada no dia 14 de junho de 1822 na Câmara de Santo Amaro.

Posteriormente, já no século XX, no ano de 1946, é criada através do decreto – lei n.º 9.155 a Universidade Federal da Bahia, onde muitas das instituições

existentes no Estado passaram a fazer parte desta nova universidade. “Essa situação persistiu na história dos investimentos federais no ensino superior. A partir da década de quarenta do século XX, a criação de universidades ganhou grande impulso no Brasil, mas a Bahia manteve-se apenas com uma única universidade federal [...]”. (FRAGA; 2010. p. 17). Em 1967, outras escolas de ensino superior do estado foram integradas à UFBA, inclusive o Instituto Baiano de Agricultura, que passa a ser chamada de Escola de Agronomia da Bahia e após ser transferida para Salvador em 1930, foi instalada em 1943 no município de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano. Somente no final da década de 70 que a interiorização do ensino superior no Estado da Bahia ganha força, por meio da criação de quatro universidades vinculadas ao governo estadual: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sul da Bahia (UESB) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e, mais recentemente, com a criação de centros de ensino vinculados a iniciativa privada. Ao contrário de outros estados, na Bahia verificou-se uma marcante ausência do Governo Federal neste processo. (UFRB, 2003. p. 11)

O descompasso entre a importância da Bahia, inclusive com longa tradição de lideranças políticas, e a situação retratada por seus indicadores socioeconômicos foi chamada de “enigma baiano” por Octávio Mangabeira, governador do estado entre 1947 e 1951. (FRAGA, 2010. p. 17)

Figura 2: Distribuição das IFES nas unidades da federação (2003)

UF	População	Matrículas em 2001	Numero de IFES	Vagas por mil Habitantes	Vagas Por PIB (Milhões)
AC	560.611	6.108	1	10,90	3,59
AL	2.826.575	10.825	1	3,83	1,54
AP	480.367	5.741	1	11,95	2,92
AM	2.830.310	17.030	1	6,02	0,90
BA	13.096.003	19.489	1	1,49	0,40
CE	7.444.000	17.525	1	2,35	0,84
DF	2.053.897	17.627	1	8,58	0,60
ES	3.106.372	11.763	2	3,79	0,55
GO	5.020.160	12.857	1	2,56	0,59
MA	5.660.255	14.574	1	2,57	1,58
MG	2.513.787	13.994	1	5,57	1,04
MS	2.082.024	12.054	1	5,79	1,02
MT	17.917.925	62.155	12	3,47	0,59
PA	6.219.628	29.056	1	4,67	1,54
PB	3.445.125	21.064	3	6,11	2,28
PR	9.585.383	15.060	1	1,57	0,23
PE	7.930.964	25.658	3	3,24	0,88
PI	2.847.489	11.535	1	4,05	2,16
RJ	14.404.923	59.977	8	4,16	0,44
RN	2.780.176	18.923	3	6,81	2,04
RS	10.207.061	37.474	3	3,67	0,44
RO	1.383.740	4.700	1	3,40	0,84
RR	326.738	4.518	1	13,83	4,04
SC	5.369.177	16.325	1	3,04	0,38
SP	37.100.043	7.749	4	0,21	0,02
SE	1.788.747	10.147	1	5,67	1,71
TO	1.161.641	6000	1	5,17	2,45

Fonte: Projeto de Criação da UFRB 2003

De acordo com a UFRB (2006 p. 10), há registros de constantes reivindicações, sem sucesso, por cursos superiores no interior da Bahia, onde mesmo contando com a simpatia de formadores de opiniões, a luta nunca foi assumida como prioridade pela sociedade organizada e lideranças políticas baianas. Estas questões levaram a Bahia a amargurar por décadas o segundo pior lugar no ranking da proporção de universidades federais por mil habitantes (1,49) e em relação ao numero de vagas por PIB 0,40 (milhões). Esses números se tornam mais evidentes quando comparados aos estados que estão nas primeiras colocações.

A ausência de universidades no Estado não pode ser considerada uma demanda exclusiva da população, é preciso considerar o papel desta também para o desenvolvimento econômico e social. Chiarinil e Vieirall (2012) compreendem que

as universidades, por si só, ao formarem pessoas qualificadas, influenciam na formação de conhecimento para a sociedade, ou seja, elevam a capacidade da sociedade compreender tecnologias e conhecimentos externos (não produzidos nela) e, conseqüentemente, aumentam a capacidade de utilizar esses conhecimentos. Isso possibilita que a sociedade seja capaz também de produzir novos conhecimentos e não apenas agir como mera copiadora.

De acordo com Brasil (2005),

Os poucos investimentos do governo federal no ensino superior baiano atingiram uma situação insustentável, principalmente quando se consideram fatores como vagas/habitante recursos investidos no ensino superior federal/habitante e as dimensões do Estado da Bahia associada à multipolarização de seus centros urbanos. Tal situação fere o pacto federativo e ainda transforma a Bahia num Estado importador de tecnologia e de profissionais especializados; restringe a nossa capacidade de desenvolvimento socioeconômico e reduz de maneira substancial e perversa as chances dos jovens e adultos desenvolverem estudos universitários.

Essa dissonância fortaleceu as mobilizações para que fosse implantada uma Universidade Federal no interior do Estado. Era evidente que a oferta do ensino superior estava muito abaixo das necessidades dessa região. No entanto, o contexto político das décadas de 1980 e 1990, sob forte ideário neoliberal, resultava na diminuição dos investimentos no ensino público superior e fortalecimento da atividade privada no setor. Parecia cada vez mais distante a criação de novas universidades. (FRAGA, 2010. P. 55) A Escola de Agronomia da UFBA, por sua vez, alicerçou um núcleo aglutinador de propostas para a criação de uma Universidade Federal na Região do Recôncavo Baiano. Registros comprovam que, no século passado, em diferentes momentos e documentos de diversos formatos, foram encaminhadas à Presidência da República, ao Ministério da Educação e ao Congresso Nacional solicitações da sociedade do Recôncavo para o estabelecimento de uma instituição de ensino superior federal na Região, no entanto, estas propostas nunca foram encaradas como prioridade da União.

Este cenário de estagnação muda a partir de 2003, já no governo Lula⁴, quando o Ministério da Educação anuncia o Plano de Expansão e Interiorização do

Ensino Público Superior, que é tido como a principal estratégia para a abertura/democratização das IFES brasileiras. O REUNI⁵, criado pela lei nº 6.096, propõe a expansão das Universidades Federais através do aumento da oferta de vagas e da criação de novas instituições, preferencialmente organizada sob o modelo multicampi, possibilitando maior inserção de jovens, sobretudo, àqueles pertencentes às camadas populares, no ensino superior, o que representa a possibilidade de longevidade escolar desses jovens, que conseqüentemente incide em uma provável melhor inserção no mercado de trabalho abrindo possibilidades de mobilidade social. O Programa apresenta seis dimensões: Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública; Reestruturação Acadêmico-Curricular; Renovação Pedagógica da Educação Superior; Mobilidade Intra e Interinstitucional; Compromisso Social da Instituição; Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

A ampliação da oferta, onde se destaca a previsão de abertura de cursos noturnos que, funcionando nas mesmas condições dos cursos diurnos – ainda que seja perceptível os obstáculos enfrentados pelas instituições no atendimento a este pressuposto, possibilita o acesso de estudantes trabalhadores na universidade.

Outra forma de atender a esta dimensão é através da expansão das universidades federais por meio da estrutura multicampi, que se intensifica no processo de expansão das IFES, dá início a um amplo processo de interiorização das universidades federais, que já não era novidade para as universidades

⁴Os dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) foram marcados por um aumento no número de instituições de ensino superior, principalmente privadas e conseqüente sucateamento das Instituições Federais. No Governo Lula o cenário muda em alguns aspectos, não deixando de desenvolver ações que atendessem aos anseios privados, seu mandato foi marcado pela reestruturação do Ensino Superior, por meio do REUNI, e ações voltadas à democratização, a expansão da educação superior com o principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. (ESTRADA e RADAELLI, 2013, p. 06)

⁵ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social. Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

estaduais do estado, como é o caso da UNEB ⁶, o que possibilita a quebra de hegemonia das grandes cidades no que tange a localização das Instituições Federais de Ensino Superior, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade local e proporcionando o acesso de estudantes de origem popular ao espaço acadêmico.

Este processo, quando aliado a interiorização das IFES, cria espaços para que os jovens que residem em cidades de pequeno porte, como as do Recôncavo Baiano, tenham condições de ingressar na universidade, rompendo a barreira que distanciava os jovens negros e pobres do ensino superior e conseqüentemente alterando um fator estatístico que revela os pais e mães de negros como analfabetos e que em sua maioria não tem ensino superior. Essa seria nova realidade para a família, sendo até a primeira geração de negros universitários após a abolição.

A mobilidade intra e interinstitucional visa a “[...] mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.” (BRASIL, 2007.), o que, possibilita ao estudante a ampliação de seu processo de conhecimento através da vivência em outras instituições de ensino superior que trazem consigo características singulares com relação à instituição de origem.

O Compromisso Institucional, por sua vez, se desdobra no desenvolvimento de políticas de inclusão, extensão universitária e assistência estudantil. Esses três eixos versam sobre a responsabilidade social das instituições federais que aderiram ao programa e sua contribuição no processo de diminuição das desigualdades sociais persistentes em nosso país.

O REUNI opera no sentido de beneficiar variados atores sociais visto que, ao tempo que “atende” a demanda dos movimentos sociais e as lutas históricas por parte da sociedade civil pela expansão, na busca por maior acesso e permanência nas universidades federais, atende também ao interesse dos organismos internacionais como o Banco Mundial (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A abertura de cursos noturnos, por exemplo, está previsto na Seção 3 do Relatório do Banco Mundial que versa sobre as “Estratégias e recomendações para

⁶ Atualmente UNEB está dividida em pólos em 24 cidades baianas: Salvador, Alagoinhas, Juazeiro, Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Caetitê, Senhor do Bom Fim, Paulo Afonso, Barreiras, Teixeira de Freitas, Serrinha, Guanambi, Itaberaba, Conceição do Coité, Valença, Irecê, Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Camaçari, Brumado, Ipiaú, Euclides da Cunha, Seabra e Xique-Xique.

a educação superior no Brasil”. Podemos, portanto afirmar que o programa atende a dois lados distintos, pois, a demanda por acesso ao ensino superior, apesar de ser um anseio dos movimentos sociais e, sobretudo das camadas médias e populares é também almejada por órgãos internacionais e pelo mercado, sob o pretexto de maior qualificação da mão de obra que nele será inserida. (AZEVEDO; et. al., 2008)

2.2.1 A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB é uma das universidades que surge a partir do REUNI que, como citado acima, tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com a proposta de dinamização do Recôncavo Baiano, interrompendo um longo período de estagnação socioeconômica, política e educacional, que marcou a Bahia e o nordeste brasileiro desde o final do século XIX (UFRB 2010).

A criação de uma Universidade Federal no Recôncavo da Bahia é fruto de uma trajetória histórica da sociedade civil organizada, de diversas lideranças políticas e de docentes, discentes e servidores da UFBA, que, direta e/ ou indiretamente, contribuíram com o processo de criação desta nova instituição federal de ensino superior por acreditarem em sua importância para o Estado da Bahia e, em particular, para o Recôncavo Baiano (UFRB, 2009. p. 12).

A história da criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) teve seu início no ano de 2002, por meio de mobilização da sociedade civil da Região, conjugada com a iniciativa do Reitor da UFBA, professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, que no dia 7 de outubro, propôs a criação da UFRB, em reunião com a bancada de deputados federais e senadores baianos. Em 2003, o Conselho Universitário da UFBA em reunião extraordinária discutiu a proposição de desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA para criar uma universidade federal no interior do Estado da Bahia. O Conselho Universitário da UFBA deliberou, naquela ocasião, a formação de uma comissão para a elaboração de uma proposta de criação do que viria a ser a UFRB. No segundo semestre do mesmo ano, ocorreram audiências públicas nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Maragogipe, Mutuípe, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio

de Jesus, São Félix, Terra Nova e Valença, a fim de mobilizar a comunidade e reunir forças de todos os atores políticos em torno da criação de uma universidade, localizada no interior do Estado da Bahia.

Em março de 2005, o Projeto de Lei de Criação da UFRB foi enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República e em 06 de julho de 2005 o mesmo foi aprovado pela Câmara de Deputados Federais e, posteriormente aprovado pelo Senado Federal em 12 de julho do mesmo ano. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi criada pela Lei nº 11.151 de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia. Desta forma:

A UFRB representa para a comunidade baiana o coroamento de um sonho alimentado por mais de sessenta anos, constituindo-se desse modo, não apenas na conquista de mais uma oportunidade de inclusão social para a juventude, mas, também, a viabilização de que a ciência, a tecnologia e a formação de profissionais possam ocorrer fora da capital do Estado⁷ (UFRB, 2006).

O território do Recôncavo Baiano, até então marcado pelo trabalho escravo, desigualdades sociais e por diversas vezes na história como referencia econômica para a região e, ao mesmo tempo historicamente desassistido pelo Governo Federal, passa ser assumido como “região de aprendizagem”, onde, através da UFRB e suas ações promoveriam o desenvolvimento social, regional e econômico, não só das cidades que em que estão inseridos os campi da UFRB, mas de toda a região em torno delas, contribuindo para a constituição de competências regionais, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, “buscando-se que o processo de aprendizagem se espraie e seja praticado em todos os setores da sociedade regional.” (UFRB, 2003. p. 7). Desta forma, não é só a Universidade que passa a fazer parte do Recôncavo, mas, através de uma relação mútua, o Recôncavo passa a ser parte da realidade presente no cotidiano da universidade, onde esta tem o papel de agregar os contornos sócio-espaciais, levando em consideração o contexto econômico, político, cultural e histórico regional, “buscando elementos que a introduzam, regionalmente, como uma relevante fonte de saber que

⁷ Relatório de Gestão da UFRB – 2006

ligará o Recôncavo aos processos socioeconômicos e culturais em curso em todo o mundo.” (UFRB, 2003. p. 7).

A UFRB assume o papel de articulação entre saber científico e a complexa realidade do Recôncavo com o compromisso de ofertar ensino superior de qualidade e exercer sua responsabilidade social de democratizar a educação, repartir socialmente seus benefícios, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável, cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País.

2.2.2 Desenho e trajetória institucional

Como proposto pelo REUNI, a UFRB foi criada com uma estrutura multicampi, abrangendo, a princípio, quatro cidades localizadas no Recôncavo Baiano, dividida em cinco centros: Cruz das Almas (Centro de Ciências Agrárias e Biológicas – CCAB e Centro de Ciências Exatas e Tecnologias – CETEC), Amargosa (Centro de Formação de Professores – CFP), Cachoeira (Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL) e Santo Antônio de Jesus (Centro de Ciências da Saúde – CCS) e, recentemente expandindo-se a mais duas cidades: Santo Amaro da Purificação (Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT) e Feira de Santana (Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS). Ao longo do trabalho, nos ateremos apenas às quatro primeiras.

Entendendo que a UFRB “ocupa um papel decisório na formação da cidadania e tem contribuído substancialmente para o desenvolvimento do Recôncavo baiano” (UFRB, 2012. P. 125), o modelo multicampi da UFRB tem como objetivo principal “explorar o potencial socioambiental de cada espaço do Recôncavo bem como servir de polo integrador”, tendo como base de sustentação os seguintes princípios:

Cooperação com o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do Estado e do País; compromisso com o desenvolvimento regional; criação de marcos de reconhecimento social, oriundos dos serviços especiais prestados no atendimento da população; gestão participativa; uso de novas tecnologias de comunicação e de informação; equidade nas relações entre os campi; criação de uma matriz administrativa que fortaleça a unidade universitária; desenvolvimento de um ambiente capaz de viabilizar a

educação à distância; processo de avaliação institucional permanente; adoção de políticas afirmativas de inclusão social; compromisso com o desenvolvimento regional; - adoção de políticas afirmativas de inclusão social. (UFRB, 2003. p. 07)

Para cumprir o seu objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, a UFRB atua nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; e Linguística, Letras e Artes. (UFRB, 2010). As áreas de atuação acadêmica citadas estão distribuídas em cinco Centros e quatro campi, como citados acima, ofertando 39 cursos de graduação e 14 cursos de pós-graduação subdivididos em: especializações *latu e strictu sensu* (mestrado) e um doutorado. Observe as tabelas seguintes com a disposição dos cursos:

Tabela 2: Cursos de Graduação e Pós-graduação da UFRB – Distribuição por Centros

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS- CCAAB. (CRUZ DAS ALMAS)			
CURSO	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO
Agronomia	Bacharelado	Diurno	5 anos
Biologia (Bacharelado)	Bacharelado	Diurno	4 anos
Biologia (Licenciatura)	Licenciatura	Noturno	4 anos
Engenharia Florestal	Bacharelado	Diurno	5 anos
Engenharia de Pesca	Bacharelado	Diurno	5 anos
Medicina Veterinária	Bacharelado	Diurno	5 anos
Tecnologia em Gestão de Cooperativas	Tecnológico	Noturno	2 anos e meio
Tecnologia em Agroecologia	Tecnológico	Diurno	2 anos e meio
Zootecnia	Bacharelado	Diurno	5 anos

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIAS – CETEC (CRUZ DAS ALMAS)			
CURSO	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO
Engenharia Sanitária e Ambiental	Bacharelado	Diurno	5 anos
Ciências Exatas e Tecnológicas (Interdisciplinar)	Bacharelado	Diurno	3 anos
FORMAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS			
CURSO	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO
Engenharia Civil	Bacharelado	Diurno	2 anos
Engenharia Mecânica	Bacharelado	Diurno	2 anos
Engenharia da Computação	Bacharelado	Noturno	2 anos

CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS- CAHL (CACHOEIRA)			
CURSO	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO
Artes Visuais	Bacharelado	Noturno	4 anos
Ciências Sociais	Bacharelado	Diurno	4 anos
Cinema e Audiovisual	Bacharelado	Diurno	4 anos
Comunicação Social (Jornalismo)	Bacharelado	Diurno	4 anos
Gestão Pública	Tecnológico	Noturno	3 anos
História	Licenciatura	Diurno	4 anos
História	Licenciatura	Noturno	4 anos
Museologia	Bacharelado	Diurno	4 anos
Serviço Social	Bacharelado	Noturno	4 anos
Serviço Social	Bacharelado	Diurno	4 anos

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES- CFP (AMARGOSA)			
CURSO	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO
Educação Física	Licenciatura	Noturno	4 anos
Filosofia	Licenciatura	Noturno	4 anos
Física	Licenciatura	Diurno	4 anos
Letras (LIBRAS/Língua Estrangeira)	Licenciatura	Noturno	4 anos
Matemática	Licenciatura	Diurno	4 anos
Pedagogia	Licenciatura	Diurno	4 anos
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	4 anos

Química	Licenciatura	Diurno	4 anos
Educação do Campo (ciências agrárias)	Licenciatura		5 anos

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS (SANTO ANTONIO DE JESUS)			
CURSO	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO
Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	Bacharelado	Diurno	3 anos
FORMAÇÃO PROFISSIONAL			
Enfermagem	Bacharelado	Diurno	2 anos
Nutrição	Bacharelado	Diurno	2 anos
Psicologia	Bacharelado	Diurno	2 anos
Medicina	Bacharelado	Diurno	5 anos

PLANO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES (PARFOR)			
CURSO	FORMAÇÃO	TURNO	DURAÇÃO
Matemática	Licenciatura	Diurno	3 anos
Ciências Naturais	Licenciatura	Diurno	3 anos
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	3 anos

CAMPUS CRUZ DAS ALMAS	
Ciência Animal	Mestrado
Ciências Agrárias	Mestrado
Ciências Agrárias	Doutorado
Defesa Agropecuária	Mestrado
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	Mestrado
Microbiologia Agrícola	Mestrado
Recursos Genéticos Vegetais	Mestrado
Sociedade, Inovação e Tecnologia Social.	Especialização
Solos e Qualidade de Ecossistemas	Mestrado

CAMPUS EM CACHOEIRA	
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	Mestrado
História da África	Especialização
Teorias e Métodos de História	Especialização

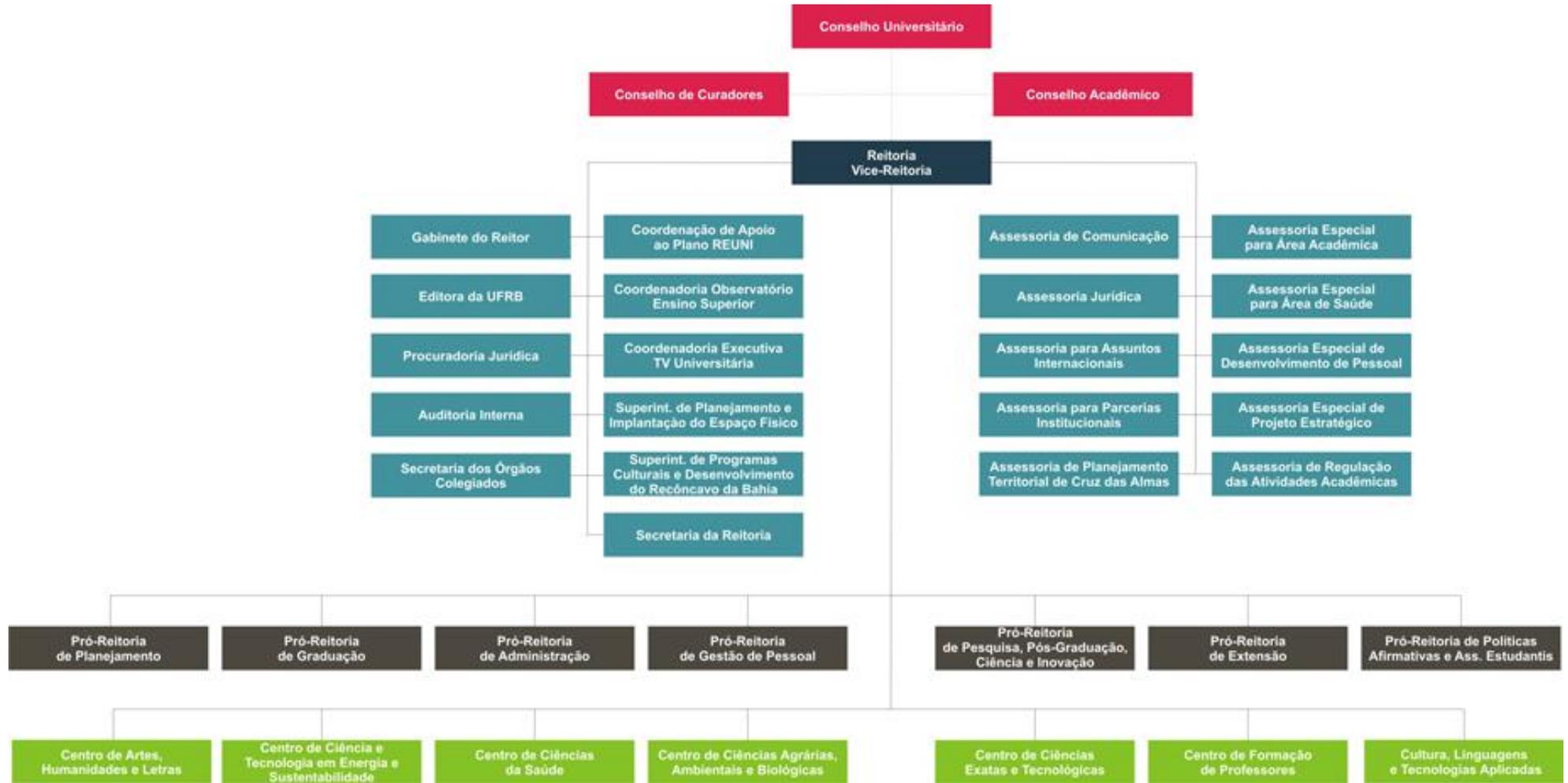
CAMPOS EM AMARGOSA	
Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido	Especialização
Educação e Interdisciplinaridades	Especialização

Fonte: <http://www.ufrb.edu.br/porta/ensino/cursos-de-graduacao>

A estrutura organizacional da UFRB está definida no Estatuto e no Regimento Geral da instituição. A disposição da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia está centrada em três órgãos: Órgãos da Administração Superior (Reitoria, Conselho Universitário – CONSUNI, Conselho Acadêmico – CONAC, e Conselho Curador – CONCUR) e os Órgãos da Administração Setorial (Conselhos de Centro, Centros, Colegiados de Cursos) e Órgãos complementares que fazem parte dos Órgãos da Administração Setorial. Os órgãos deliberativos da Administração Superior são, respectivamente, o Conselho Universitário (CONSUNI), o Conselho Acadêmico (CONAC) e o Conselho Curador (CONCUR), na Administração Setorial apenas o Conselho Diretor de Centro cumpre esta função. (UFRB, 2009)

É importante ressaltar que o trabalho dos órgãos de apoio às atividades acadêmicas, desenvolvem importantes mecanismos no que tange ao acesso, permanência e pós-permanência dos estudantes da UFRB. Atualmente, estes órgãos estão alocados, como pode ser visto na imagem abaixo, na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação (PPGCI); Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT); Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN); Pró-Reitoria de Administração (PROAD); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP) e, finalmente a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) que será foco de uma análise mais aprofundada neste trabalho.

Figura 3: Organograma Institucional



Fonte Portal de ensino - UFRB.

A UFRB, desde o seu processo de criação, compreende que o seu propósito de desenvolvimento social, econômico e educacional do Recôncavo não se daria exclusivamente com a inserção da Universidade neste território, desta forma, desde a sua criação, a UFRB faz uso das ações afirmativas⁸ para garantir que a instituição cumpra o seu papel para com o território a qual está inserida, como pontua Moyorga:

Em uma sociedade onde as desigualdades sociais são acirradas, fruto da relação complexa entre o plano econômico, político e cultural e as compreensões sobre tal situação são bastante distintas (...), a universidade é tomada como elemento central de reflexão, mais especificamente, o debate acerca de sua democratização, já que tal instituição exprime muito dos conflitos, opiniões e contradições da sociedade da qual participa e a qual constitui (MAYORGA, et. al. 2010, p. 19).

Na busca por combater estas desigualdades sociais, desde o ano de 2009, a UFRB se torna uma das primeiras universidades do país a adotarem o sistema de cotas, lançado em 2004 prevê reservas de vagas para alunos com identificação étnico-raciais afrodescendentes e indígenas, ampliando, posteriormente para todos os estudantes da rede pública de ensino básico. O mesmo projeto se efetiva como lei três anos depois, através da Lei nº 12.711/2012 que garante a reserva de 50% das matrículas por curso.

Podemos perceber na tabela 3, o crescimento da UFRB nos últimos anos, no que diz respeito ao número de centros, número de cursos e número de estudantes, assim como, percebemos que, a maioria absoluta dos estudantes é oriunda do Recôncavo Baiano e regiões circunvizinhas.

⁸ Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

Tabela 3: Crescimento do numero de discentes da UFRB. Comparativo 2006 – 2012

Ano	Numero de centros	Numero de cursos	Numero de alunos	Numero de ingressantes	Forma de ingresso
2006	05	15	1213	621	Vestibular
2007	05	15	1.619	620	Vestibular
2008	05	22	2.003	Não encontrado	Vestibular
2009	05	28	3.158	Não encontrado	Vestibular
2010	05	33	4932	2492	ENEM / SISU
2011	05	32	5920	2.547	ENEM / SISU
2012	05	36	6.362	2241	ENEM / SISU

Fonte: Pró- Reitoria de Planejamento - UFRB

O impacto sociocultural e os efeitos positivos da UFRB já começam a serem sentidos, devendo contribuir para um intenso processo de mudança social, com a elevação do nível cultural da juventude e os desdobramentos no campo do ensino, da extensão e da pesquisa. (FÁLCON, 2012, p.36)

Tabela 4: Indicadores socioeconômicos das cidades-sede da UFRB. Comparativo 2000 -2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS		AMARGOSA		CACHOEIRA		CRUZ DAS ALMAS		SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
IDH		0,487	0,625	0,516	0,647	0,574	0,699	0,560	0,700
% Maiores de 18 anos com ensino médio completo		12,24	19,82	14,97	41,24	22,82	46,94	14,74	33,60
Renda <i>per capita</i>		248,64	369,84	239,23	368,11	317,61	481,80	315,85	540,38
% População (gênero)	Masc.	48,66	48,46	48,94	48,25	52,60	47,23	47,72	47,22
	Fem.	51,34	51,54	51,06	51,75	52,60	52,77	52,28	52,78
% População (residência)	Urbana	67,45	72,46	52,05	51,17	76,94	85,12	86,08	87,16
	Rural	32,55	27,54	47,95	48,83	23,06	14,88	13,92	12,84
Taxa de analfabetismo		36,2%	26,5%	27,9%	19,9%	22,9%	14,8%	22,2%	15,5%

Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Nota-se através da tabela 4, ainda que modesto, o nítido crescimento nas cidades-sede da UFRB ao longo da última década (2000 – 2010). Destaque para a

educação, onde a taxa de jovens maiores de 18 anos com o ensino médio completo apresentou significativa evolução em Cachoeira, que cresceu 172,15% e Santo Antônio de Jesus que cresceu 127,95%. No que tange a renda *per capita*, as cidades que apresentaram maior crescimento médio anual são Santo Antônio de Jesus (71,09%) e Cruz das Almas (51,70%). Amargosa por sua vez, neste mesmo período, apresenta uma significativa queda de 10% no índice de analfabetismo.

Estes avanços não desconsideram os desafios a serem enfrentados por estas cidades e o papel da UFRB neste processo. A cidade de Amargosa, que sedia o Centro de formação de professores, tem apenas 19,82% dos jovens acima de 18 anos com ensino médio completo, bem como, a renda *per capita* das cidades varia de R\$ 368,11 (trezentos e sessenta e oito reais e onze centavos) a 540,38 (quinhentos e quarenta reais e trinta e oito centavos), menos da metade da proposta pelo programa de assistência estudantil que é um salário mínimo e meio vigente, atualmente no valor de R\$ 1.086 (mil e oitenta e seis reais). O que evidencia a demanda desta população, nem sempre jovens, como estabelece o REUNI e o PNAES, por ações afirmativas e políticas que garantam não só o acesso, como também a permanência no ensino superior, como discutiremos nos próximos capítulos.

Neste contexto, a UFRB vem promovendo, em várias áreas do conhecimento, a articulação da região com outras áreas onde estão implantadas universidades públicas, seja na Bahia, em outros estados e mesmo fora do país.

O fato de ter sua gênese a partir de uma histórica luta da comunidade faz dela uma Instituição comprometida com a produção e difusão da ciência e da cultura, além de ocupar lugar estratégico e redefinidor da matriz de desenvolvimento socioeconômico e cultural do Recôncavo. Destarte, Como reflete Miranda e Souza (2012 P. 2) tem como desafio o cultivo dos aspectos culturais e valores tradicionais da região e, ao mesmo tempo, responder, de alguma forma, a demandas do Recôncavo Sul, buscando contribuir para com o desenvolvimento socioeconômico, cultural, ambiental, educacional, tecnológico e científico da região.

3 CAPÍTULO II: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB

3.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

A UFRB, assim como outras universidades que surgiram a partir do REUNI, contribuiu significativamente para a retomada do crescimento das universidades federais, ampliando o acesso de estudantes ao ensino superior, de forma especial os que se encontram em vulnerabilidade social⁹.

Diante deste cenário, a assistência estudantil tornou-se indispensável, pois, ao mesmo tempo em que as políticas são implementadas, é necessário que sejam desenvolvidos instrumentos e mecanismos que viabilizem a permanência dos que nela ingressam, com isso, Brasil (2007) em seu Art. 2º trata como uma de suas diretrizes a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil”. Segundo Alves (2002, p.29):

Há a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Desta forma, a busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte desse processo de democratização, tanto da universidade quanto da própria sociedade, uma democratização voltada não apenas ao acesso, mas também visando o desenvolvimento de mecanismos que atendam, além deste, as necessidades de permanência, buscando reduzir os efeitos das desigualdades enfrentadas no decorrer da vida acadêmica. Assim, neste capítulo, teceremos algumas considerações com o intuito de delinear elementos relevantes quanto às desigualdades relacionadas ao acesso e à permanência no sistema de ensino

⁹ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), vulnerabilidade social é decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

superior no Brasil, como uma das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado e voltada para o processo de permanência dos estudantes nas universidades públicas.

Assegurar condições favoráveis de acesso e permanência à educação de qualidade são aspectos considerados como dever do Estado e da família, uma vez que, como pode ser destacado na Constituição Federal, são direitos sociais regulamentados, conforme estabelecido na Carta Magna: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art.205) e que por meio dela é possível reduzir as desigualdades e a exclusão social. Ao tornar a educação superior mais democrática, presume-se a concepção da formação de uma sociedade mais igualitária e equânime em relação às oportunidades.

A luta pela superação das desigualdades socioeconômicas faz parte da proposta de democratização da universidade pública. Porém, esta democratização não se efetivará somente através ampliação do acesso à educação superior gratuita, faz-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência daqueles que já ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (ALVES, 2002)

A partir de tais reflexões, percebemos a relevância da discussão a cerca da assistência estudantil como instrumento para assegurar o direito à educação destes estudantes, como assegurado na constituição: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” A garantia da educação superior como um direito de todos foi abordado pela UNESCO, na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, no ano de 1998. Ao tornar a educação superior mais democrática, presume-se a concepção da formação de uma sociedade mais igualitária e equânime em relação às oportunidades. Nessa perspectiva, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI afirma que:

Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que forme a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento

dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade (UNESCO, 1998; p12).

Sarkis (2004, p. 96) salienta que:

No Brasil, [...] a equidade de acesso só é válida se houver também condições de permanência no ensino superior, que não discrimine as condições sociais, econômicas e culturais do estudante [...], pois, mesmo com a classificação feita no vestibular, a evasão é elevada atingindo mais intensamente as classes sociais menos favorecidas.

De acordo com o FONAPRACE (2000) a melhoria nas condições de acesso não é garantia de permanência e conclusão dos estudantes em seus respectivos cursos. Portanto, tal processo não se efetiva, somente por meio do acesso à educação gratuita, é necessário mecanismos que viabilizem qualidade, permanência e conclusão do curso.

Nessa direção, houve um esforço a fim de viabilizar a permanência dos estudantes, assunto que será discutido posteriormente. Segundo, Finatti (2007), as dificuldades não se encontram somente no ingresso na universidade. A permanência é outro grande desafio, uma vez que os estudantes, mesmo matriculados em instituições públicas, têm gastos com transporte, alimentação, material didático, entre outros.

Portanto, além da ampliação do acesso, é importante discutir também as atuais condições de permanência, para que este não fique somente no plano legal. Desta forma, a assistência estudantil é fundamental para que muitos estudantes tenham condições de permanecer na universidade e concluir um curso superior.

A Assistência Estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial, busca atender às necessidades sociais básicas da população e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cada vez mais presentes nas universidades públicas, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. (FONAPRACE, 2011).

É importante pontuar que, historicamente, as ações voltadas à assistência estudantil foram desenvolvidas a partir das constantes lutas e mobilizações pela comunidade acadêmica e se apresentam de forma fragmentada e descontínua,

marcada por avanços e retrocessos. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior. (VASCONCELOS, 2010, p. 405)

Com o objetivo de dar consistência e respaldo para a implementação de políticas voltadas para a assistência estudantil, o FONAPRACE¹⁰ realizou um estudo sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras no período de 1997 e 2004, que mapeou a realidade nacional das universidades federais possibilitando diagnosticar a situação dos estudantes matriculados. (FONAPRACE, 2011)

As pesquisas evidenciaram que a maioria dos estudantes é composta por jovens do sexo feminino, solteiras e sem filhos, que residem com familiares, são custeados, principalmente, pela família e utilizam o transporte coletivo como meio de locomoção. Procuram estudar nas IFES pela gratuidade e qualidade de ensino, e querem desenvolver suas aptidões pessoais imbuídos do ideal de contribuir para mudar a sociedade. Parcela de alunos migrou para outras cidades para estudar, não contando, portanto, no cotidiano, com o convívio familiar.

Os principais indicadores sociais de sobrevivência são a moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho. A pesquisa mostrou que 35% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e de apoio efetivo. No que concerne à alimentação, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa, de ação social e de convivência universitária para 19% dos estudantes pesquisados. (ANDRÉS, 2011)

O resultado da pesquisa permitiu apresentar a proposta de um Plano Nacional de Assistência Estudantil, estabelecendo diretrizes norteadoras para

¹⁰ O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) foi criado em 1987, a partir da articulação entre IFES, com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas. Visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante o FONAPRACE objetiva: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas. (FONAPRACE, 2008)

definição de programas e projetos e demonstrando aos órgãos governamentais a necessidade da destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil. (ESTRADA e RADAELLI, 2013, p.5). Os estudos apontaram ainda, fatores fundamentais para a garantia das condições de permanência na graduação como: moradia estudantil, serviço de alimentação (restaurantes universitários), assistência à saúde (médica, odontológica e psicológica), e os programas de bolsas (FONAPARACE, 2008).

A partir destas considerações foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que é regido pelos seguintes princípios:

I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado; II) a gratuidade do ensino; III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES; IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania; VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi aprovado pela Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, e adotado em 2008 a partir do repasse de verbas diretamente ao orçamento das instituições. (BRASIL, 2007). Essa Portaria Normativa foi substituída pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, definindo-se como Programa Nacional de Assistência Estudantil a ser executado no âmbito do Ministério da Educação com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público. (VASCONCELOS, 2010, p. 608).

Desse modo, o PNAES, elevou a assistência estudantil ao status de política pública, ao declarar que tem como objetivos os seguintes eixos: a) Gerais: Garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida; garantir que recursos extra orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC

destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil e b) Específicos: Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Constituição Federal; contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão; redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas; (...); assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; (...) viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil; (ANDIFES, 2007).

Acrescenta-se: De acordo com o Art. 2, são objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

O Art. 3º afirma que: “deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das IFES”. Continua no parágrafo 2º “caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados”, desta forma, o PNAES concede as universidades federais autonomia na implantação das ações dando possibilidade que estas sejam tomadas de acordo com a sua realidade. Fortalecendo o Art.7º onde, dispõe-se que “os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos Arts. 4º e 5º.” onde, Art.4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a

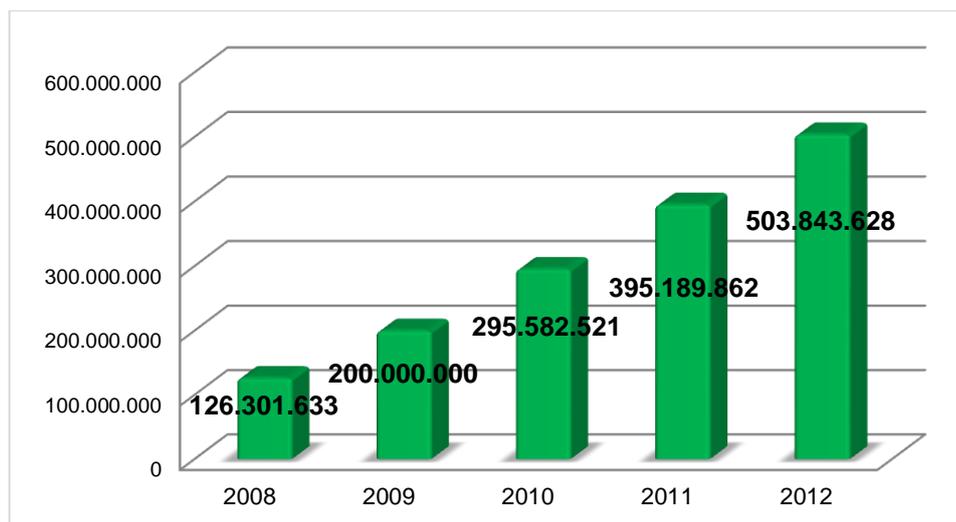
necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita*¹¹ de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil passa a normatizar a assistência estudantil, e definir que as ações devem ser desenvolvidas nas áreas de: Art. 3º, parágrafo primeiro, compreendem-se como ações de assistência estudantil Iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - Alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico. ; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, considerando ainda que “§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.” (BRASIL, 2010).

Pode-se perceber que pensar em assistência ao estudante, na concepção no FONAPRACE (2000), vai além de pensar em permanência no que se refere a restaurantes universitários e moradia estudantil ou recursos financeiros. A assistência ao estudante, como pontua Estrada e Radaelli (2012, p.6.). deve ser ampliada de forma a democratizar o acesso e garantir uma universidade que, de fato, seja pública, gratuita e comprometida com a permanência de qualidade na educação superior.

¹¹Por renda *per capita* considera-se: a soma dos rendimentos brutos obtidos mensalmente pelos membros da família, composta por salários, proventos, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio e de eventuais pessoas jurídicas; dividida pelo número de pessoas que compõem o grupo familiar.

Gráfico 1: Recursos Orçamentários do PNAES para as Universidades Federais de 2008 a 2012

Fonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)

O Gráfico 1 apresenta um panorama sobre os recursos destinados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) a partir da implementação em 2008. Observa-se um aumento aproximado de 300% dos recursos destinados ao PNAES no período de 2008-2012. É importante ressaltar que o Reuni foi um impulso decisivo para o restabelecimento do papel do Estado de indutor da expansão do ensino superior pela rede pública, o que amplia as condições para reverter à atual característica de predominância de matrículas no setor privado. (ANDIFES, 2012)

É inegável a importância do PNAES para a regulamentação da assistência estudantil das universidades públicas federais, principalmente para as universidades que surgem a partir do REUNI. Estes avanços, por sua vez, não tornam menos necessária uma análise crítica do Programa.

O PNAES estabelece que sejam atendidos, prioritariamente, estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio que deverão ser selecionados prioritariamente por critérios socioeconômicos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

Portanto, as ações de assistência estudantil estabelecidas pelo programa indicam, como prioridade, viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, contribuindo de forma que minimize as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, como pontua o FONAPRACE:

Para milhares de estudantes, a renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência na Universidade e término do curso, sendo fadados, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão. Uma vez que sua capacidade intelectual e de formação básica já foram avaliadas e aprovadas no processo seletivo de acesso à Universidade, deixar de apoiar esses alunos de baixa renda seria uma discriminação no mínimo contraditória. (FONAPRACE, 2000).

No entanto, contém diretrizes muito gerais, sem traçar uma política cristalina, havendo muita variação em cada universidade sobre os critérios adotados e os benefícios a serem garantidos aos estudantes, o que configura uma dificuldade, sobretudo em face da promessa do Governo Federal de mobilidade acadêmica do estudante, desde seu ingresso, mediante a adoção do exame nacional, por intermédio do novo ENEM e do Sisu¹².

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Em 2009, o Ministério da Educação apresentou uma proposta de reformulação do Exame Nacional ENEM e sua utilização. O Novo ENEM é uma reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio, que passou a ser, a partir de 2009, um mecanismo de seleção unificada para as universidades públicas federais. Os objetivos seriam democratizar o acesso às vagas, ampliar a mobilidade acadêmica e induzir reestruturações no currículo do ensino médio.

De acordo com o site do MEC, as universidades teriam autonomia para optar por quatro possibilidades na utilização do ENEM: como fase única, como primeira fase, combinado com o vestibular próprio da instituição, ou para ocupar as vagas remanescentes do vestibular. Ao mesmo tempo, o MEC busca ter o poder de centralizar os currículos do ensino médio e o perfil esperado dos candidatos ao ensino superior e, além disso, unificar as vagas de ingresso nas universidades numa mesma lista o que possibilitaria, segundo ele, maior mobilidade dos estudantes e menor número de vagas ociosas.

Segundo esta proposta, o estudante pode se deslocar de um Estado a outro, na desenfreada concorrência por uma vaga, mas não tem garantia de encontrar na universidade onde quer ingressar os benefícios de que precisa para a permanência e conclusão de seu curso.”

¹²O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Em relação às universidades públicas estaduais, em dezembro de 2010, foi divulgado pelo MEC o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais – PNAEST, que objetiva financiar a assistência estudantil nas IES estaduais, tendo como público os alunos dos cursos de graduação presenciais.

A liberação dos recursos foi vinculada à participação das instituições no Sisu, associando o número de vagas ofertadas ao montante liberado: instituições que oferecerem até 200 vagas no Sisu receberão até R\$ 150 mil, entre 201 e 1 mil vagas, até R\$ 750 mil, acima de 1 mil vagas até R\$ 1,5 milhão. Para ter acesso ao recurso, as IES devem apresentar um plano de trabalho constando a forma como o dinheiro será aplicado na assistência estudantil. Além disso, esse valor não é significativo e não corresponde à necessidade das universidades, pois é disponibilizado proporcionalmente ao número de vagas ofertadas no Sisu, e não considera o número real de estudantes que demandam a política de assistência.¹³

Com isso, se esvazia uma proposta de ensino que garanta o direito à permanência do estudante, favorecendo espaços coletivos e com caráter universal. Dois exemplos são claros, ao se optar por fornecer bolsa-alimentação e bolsa-moradia em detrimento da construção de Restaurantes Universitário e Alojamentos o que se tem é a focalização do problema na reprodução da lógica atual da assistência social no interior da universidade. Essa saída reforça o mercado e a individualidade como parâmetros societários, com a bolsa o aluno consome no mercado de forma isolada. (CISLAGHI e SILVA, 2011, p.18).

No entanto, é importante considerar que dentro das limitações orçamentárias do PNAES, em tempos atuais, as IFES não conseguiriam suprir as necessidades básicas dos estudantes que demandam por alimentação e moradia em sua totalidade e, ainda que conseguissem avançar em número de construções enfrentariam grandes problemas para garantir a manutenção e o acompanhamento destes estudantes.

Um dos maiores equívocos em relação à assistência estudantil é confundi-la com a Assistência Social que, apesar de complementares, apresentam suas

¹³Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16197:institicoes-terao-recursos-para-assistencia-estudantil&catid=212&Itemid. Acesso em 18 de agosto de 2014.

peculiaridades. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social, n.º 8742 de 1993 é definida como:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Art. 1º)

O Art. 2º trata dos objetivos da assistência social: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2004)

A Assistência Social incide sobre a parcela da população que se encontra nas camadas da pobreza ou da extrema pobreza. Objetiva prover o que seria o mínimo social para a reprodução do ser humano. (CISLAGHI E SILVA, 2011, p.17). A assistência estudantil atua, neste sentido, como parte integrante da assistência social, destinada a um público específico: estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

A Assistência Estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial que busca atender às necessidades sociais básicas da população e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. É uma política estruturada que visa responder às demandas dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Ela recebe o nome de “política” por estar estruturada com base em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições de Ensino Superior (IES). (FONAPRACE, 2011).

Sendo assim, a assistência estudantil atua como uma política de “combate à pobreza” no interior da universidade. Assim, assistir ao estudante deixa de ser parte do direito à educação, uma política universal estendida a todos os estudantes, passando a reproduzir a lógica vigente da assistência social: focalização e bolsificação, decorrentes das restrições orçamentárias que limita e reduz o alcance do programa, considerando o quantitativo de alunos em vulnerabilidade social.

Desta forma, apesar de apresentarem pontos em comuns, como a seletividade no atendimento, são duas políticas sociais diferentes, com regulamentações e objetivos específicos. A assistência estudantil tem como propósito a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (BRASIL, 2007), a política de assistência social, por sua vez, “visa prover os mínimos sociais, por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

A partir da sua implementação, o PNAES estabelece que a Política Social de Assistência nas IFES Públicas, enquanto processo educativo, para além da bolsificação, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Onde, permear essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é contribuir para rompimento da ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado. (FONAPRACE, 2001). Com esta missão, as IFES passam a estabelecer os núcleos (pró-reitorias e/ou coordenadorias) para que atendam diretamente as demandas estudantis e garantam tal processo, como é o caso da PROPAAE.

3.2 A Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE

A UFRB, desde a sua gênese, assume como princípio ético-político o propósito de assegurar institucionalmente a formulação e execução de políticas afirmativas e estudantis, garantindo aos estudantes condições básicas para o desenvolvimento das suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional. (UFRB, 2009. p.110).

As Políticas Afirmativas, vinculadas às ações da política institucional relativa aos Assuntos Estudantis, versam sobre o acesso, a permanência e a pós-permanência no ensino superior público brasileiro de estudantes oriundos das escolas públicas, de afrodescendentes e de índiosdescendentes, tendo-se como foco o desenvolvimento regional.

De acordo com UFRB (2019, p.110) “as referidas políticas são pautas que visam à criação do espaço necessário para a formulação e implantação de práticas institucionais de promoção da igualdade racial e inclusão social no Recôncavo da Bahia”. Assumindo esse posicionamento político de contribuir na correção das distorções ainda vigentes no Brasil, com o propósito de assegurar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social, a UFRB se torna pioneira na implantação da PROPAAE, Pró-Reitoria com a atribuição de promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e o desenvolvimento regional. (UFRB, 2009, p.112)

A Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), constituída em 03 de outubro de 2006, no momento intitulada de Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas, foi criada com a missão de:

assegurar a execução de Políticas Afirmativas e Estudantis na UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando a inserção cidadã,

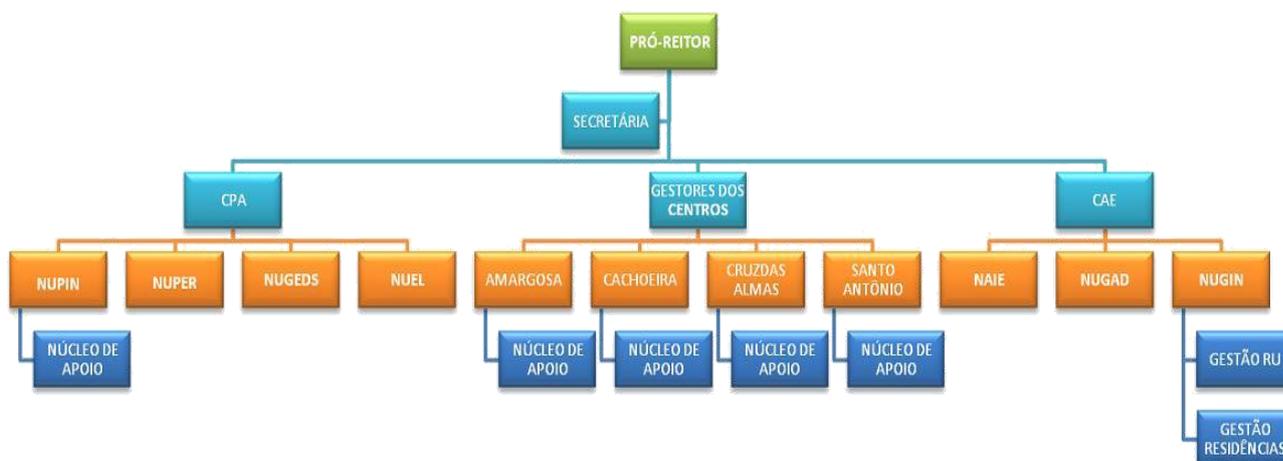
cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e o desenvolvimento regional.¹⁴

A PROPAAE visa articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas, pondo em prática uma ação de corresponsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica.

A PROPAAE institui um novo trato e articulação das demandas sociais e acadêmicas, uma relação de interdependência e complementaridade como propulsora da política institucional, das ações em prol do acesso, permanência, pós-permanência e da qualificação profissional. (JESUS e NASCIMENTO. 2010 p. 119)

Para execução de suas ações, a PROPAAE organizada em duas coordenadorias, a Coordenadoria de Políticas Afirmativas (CPA) e a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE), ambas subdivididas em núcleos, como poderá ser notado na estrutura organizacional abaixo:

Figura 4: Organograma da PROPAAE



Fonte: PROPAAE

¹⁴Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/propaae/propaae>

A Coordenadoria de Políticas Afirmativas é responsável pelas Ações Afirmativas no âmbito institucional, tendo como suas principais atribuições: proceder ao encaminhamento das demandas relativas às Políticas Afirmativas, realizar a coordenação dos núcleos atinentes à CPA, realizar o acompanhamento, avaliação e registro da política institucional de ações afirmativas, implementar programas de formação da comunidade acadêmica e externa para a promoção da equidade etnicorracial, de gênero, sexual, religiosa, etc. A fim de garantir o respeito à diversidade humana, realizar e apoiar eventos relacionados à promoção da equidade; implantar e operacionalizar o Fórum Permanente de Igualdade Racial: A CPA conta com cinco núcleos: Núcleo de Políticas Promocionais para o Ingresso (NUPIN), Núcleo de Promoções de Permanência e Pós-Permanência (NUPER), Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação (NUGEDS), Núcleo de Esporte e Lazer (NUEL), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (NEPAAE). (UFRB, 2009)

A Coordenação de Assuntos Estudantis tem como finalidade executar ações para aprovisionar as condições de permanência no ensino superior, de estudantes oriundos de classes populares, a fim de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e raciais na região, reduzir a evasão e o fracasso escolar, possibilitando a conclusão de curso superior que tem como principais consequências, mobilidade social e desenvolvimento regional.

A execução das ações da Coordenação de Assuntos Estudantis da Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE preocupa-se, de maneira geral, com o processo de inclusão social/racial quando organiza e realiza a execução de ações nas diversas áreas de assistência ao estudante tais como: moradia, alimentação, esporte e lazer, entre outras.

A CAE executa ações do Programa de Permanência Qualificada (PPQ) além de atender diferentes demandas dos estudantes em geral, enquanto estes permanecem na universidade. A coordenadoria também conta com o Núcleo de Acompanhamento Integral ao estudante (NAIE), composto por quatro assistentes sociais, uma psicóloga, dois pedagogos e uma técnica em assuntos estudantis, Núcleo de Gestão Administrativa (NUGAD) e o Núcleo de Gestão de Infraestrutura (NUGIN) e atende as mais variadas demandas: auxílio à saúde: (solicitação de corretor visual e marcação de consultas médicas junto ao Serviço Médico

Universitário Rubens Brasil – SMURB)¹⁵; apoio à participação de eventos Científicos e/ou Tecnológicos; apoio à participação e realização de eventos Científicos e/ou Tecnológicos; solicitação de transporte para eventos; auxílio mobilidade acadêmica; ensino de Línguas, acompanhamento psicopedagógico e social, acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer.

3.3 O Programa de Bolsa Permanência – PBP

O Programa de Bolsa Permanência – PBP é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual à, pelo menos, o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal.

Uma grande vantagem da Bolsa Permanência concedida pelo Ministério da Educação é ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo da bolsa do Programa de Educação Tutorial – PET, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação

¹⁵O Serviço Médico Universitário Rubens Brasil – SMURB da Universidade Federal da Bahia foi criado em 1952, como um dos programas de assistência ao estudante carente. Juntamente com o Restaurante e as Residências Universitárias encontrava-se sob a coordenação do Departamento de Assistência ao Estudante- DAE, posteriormente substituído pelo Departamento de Vida Universitária - DSVU.

3.4. O Programa de Permanência Qualificada (PPQ)

Quando se fala em assistência estudantil na UFRB, certamente o Programa de Permanência Qualificada (PPQ) é a maior expressão da materialização do PNAES. O Programa de Permanência Qualificada (PPQ) é o maior programa de assistência estudantil da UFRB e tem como finalidade articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso e permanência dos estudantes de graduação da UFRB, com recursos oriundos do Ministério da Educação/PNAES.

O PPQ tem como objetivos:

- I - Garantir a permanência dos estudantes dos cursos de graduação da UFRB, ao assegurar a formação acadêmica dos beneficiários do Programa, através de seu aprofundamento teórico por meio de participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros, atividades de ensino/acadêmica relacionadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional;
- II- Implementar na instituição a adoção de uma política de permanência associada a excelência na formação acadêmica;
- III - Possibilitar maior interação entre o ensino, a extensão e a pesquisa;
- IV - Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural em articulação com o desenvolvimento regional;
- V - Qualificar a permanência dos alunos beneficiários dos Programas de Políticas Afirmativas da UFRB;
- VI - Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na graduação;
- VII - Combater o racismo e as desigualdades sociais. (UFRB, 2012)

Assim, em consonância com o PNAES, o Programa de Permanência Qualificada reforça a proposta de assegurar condições mínimas necessárias para que o estudante consiga suprir às suas necessidades sociais e acadêmicas, oferecendo condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e, ao mesmo tempo, fortalecendo as linhas de pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento na instituição, assim como, do território do Recôncavo Baiano.

O PPQ é uma das ações constituintes do conjunto de políticas que visam a implementação do sistema de acesso, permanência e pós-permanência dos estudantes da UFRB mediante a disponibilização de auxílios financeiros, alimentação e moradia a estudantes em situação de vulnerabilidade social. Através

do PPQ, a universidade busca assegurar que discentes impossibilitados de permanecerem na graduação devido a sua condição socioeconômica tenham a possibilidade de continuar na instituição. (UFRB, 2011, p. 77) Desta forma, O PPQ é composto por diferentes ações de atenção às demandas acadêmicas, entre elas as modalidades de auxílios disponíveis:

Auxílio à Moradia: refere-se a uma vaga na unidade de residência universitária, até a duração média do curso de graduação.

Auxílio Pecuniário à Moradia: refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais), com duração de um ano, renovável anualmente, até o tempo médio de duração do curso de graduação.

Auxílio Deslocamento: refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), com duração de um ano, renovável anualmente, até o tempo regular de duração do curso.

Auxílio à Alimentação: (desjejum/almoço/jantar) refere-se ao acesso diário ao restaurante universitário – Campus de Cruz das Almas, com duração equivalente à duração regular do curso em que o/a estudante estiver matriculado à época da concessão do auxílio. Os residentes de Cruz das Almas utilizam o Restaurante Universitário. Já os residentes dos outros centros que ainda não possuem Restaurante, recebem uma ajuda pecuniária à alimentação.

Auxílio Creche: (LDB 9394/96) a estudantes com comprovada demanda social e econômica para custear despesas com filhos/as, crianças tuteladas ou legalmente adotadas com idade entre (0-3) zero a três anos, e que o valor do repasse mensal do auxílio creche é de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais), considerada o valor médio da oferta de serviço regular nas cidades do Recôncavo. A concessão do auxílio tem revalidação anual, com apresentação de documentação a ser solicitada pela coordenação de Assuntos Estudantis/NAIE, sendo consideradas, no parecer, as condições acadêmicas do/a estudante beneficiário/a.

Projetos Institucionais: refere-se ao repasse mensal no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais), tendo como obrigatoriedade a inserção do bolsista em projetos de ensino, pesquisa ou extensão, regido pela Portaria 652 de 31 de julho 2013 do Programa de Integração de Ações Afirmativas – PINAF. (UFRB, 2014)

De acordo com a normativa do PNAES, que confere autonomia necessária para as IFES definirem os critérios e a metodologia de seleção dos alunos serem beneficiados, a PROPAAE estabelece os critérios para que o

estudante possa concorrer ao Programa de Permanência Qualificada, sendo eles: I) Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFRB; II) Comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de documentação exigida; III) Apresentar perfil socioeconômico estabelecido pelo PNAES (Dec. 7.234/2010), com renda familiar *per capita* de até 1 salário mínimo e meio; IV) Prioritariamente, ser oriundo da rede pública de ensino; V) Prioritariamente, ser optante do sistema de acesso via programa de reserva de vagas da UFRB (origem escolar e definição de pertencimento etnicorracial); VI) Não ter vínculo empregatício de qualquer natureza ou atividade remunerada; VII) Não ser graduado, salvo estudantes da UFRB oriundos de cursos de Bacharelados em suas terminalidades (BCET e Interdisciplinares) – Sendo considerado eliminatório o que se refere aos itens: I, II, V e VI. (UFRB 2013). O processo seletivo se dá em 5 etapas: 1 – Inscrição online; 2- análise documental e avaliação dos critérios socioeconômicos e institucionais, conforme perfil do/a acadêmico PNAES e UFRB, a ser realizada pela equipe do Serviço Social do NAIE; 3- Convocação dos selecionados para Entrevista Social; 4- Entrevista Social com assistentes sociais e 5- divulgação do resultado.

No que tange aos critérios de seleção do Programa, nota-se algumas lacunas existentes, principalmente, na incongruência aparente entre os itens II e IV, onde, exclui do processo seletivo o estudante que exerça qualquer tipo de atividade remunerada, seja ela formal ou informal, ainda que possua renda *per capita* abaixo do previsto pelo PNAES, que é a realidade da maioria dos estudantes da UFRB. Neste sentido, é importante pontuar que pode concorrer apenas o estudante que é custeado pela família, visto que a renda máxima prevista pelo PPQ diz respeito apenas aos demais membros da família e não diretamente do estudante inscrito. Seguindo esta lógica, se um estudante exerce atividade remunerada, ainda que informal com renda *per capita* abaixo de um salário mínimo e meio, este não pode concorrer.

No que tange às condicionalidades do Programa, Brasil (2013) estabelece os compromissos do/a estudante:

- 1- Estar regularmente matriculado em cada semestre;
- 2- Apresentar frequência as aulas igual ou superior a 75%;
- 3- Estar matriculado em no mínimo 03 (três) disciplinas, salvo no período de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

- 4 - Dedicar-se às atividades de ensino obtendo desempenho acadêmico satisfatório, com no mínimo 60% de aprovação nas disciplinas cursadas;
- 5- Atender obrigatoriamente às convocações da equipe técnica do NAIE para participar das sessões de acompanhamento acadêmico e psicossocial;
- 6 - Manter-se informado sobre as convocações e atividades realizadas pela PROPAAE;
- 7 - Realizar os procedimentos necessários à reavaliação e renovação dos auxílios nos prazos determinados pela PROPAAE;
- 8- Colaborar com a organização dos eventos promovidos pela PROPAAE quando solicitado; [...];
- 10 - Manter atualizados os dados pessoais (número de celular, endereço, conta corrente), comunicando a PROPAAE qualquer alteração;
- 11 - Informar ao CAE/NAIE o trancamento parcial ou total, desistência ou transferência externa e interna, cursos simultâneos de graduação.

As Condicionais são os compromissos assumidos, tanto pelo estudante assistido quanto pela instituição, com o objetivo de garantir a presença do estudante na universidade, ofertando as condições necessárias para que o mesmo conclua o curso no tempo previsto pela Universidade.

Em contrapartida, ao benefício concedido pela instituição, o estudante e a PROPAAE estabelecem um pacto de reciprocidade, onde ao estudante cabe o cumprimento das condicionalidades citadas acima e a instituição, o papel de acompanhar, orientar e identificar possíveis irregularidades e proceder com os devidos encaminhamentos, que pode ser uma advertência, suspensão ou desligamento do programa.

Se o Reuni abre as portas da UFRB para a comunidade do Recôncavo, que é uma região predominantemente vulnerável, o PPQ assume um papel primordial para assegurar a permanência dos estudantes neste espaço. Quatro anos após a implantação do PNAES, faz-se necessário iniciarmos um processo reflexivo sobre a eficácia e os impactos da política de assistência estudantil para a permanência destes estudantes na universidade.

A partir destas reflexões, no capítulo seguinte, nos propomos a realizar uma análise quantitativa descritiva, a fim de identificar o perfil socioeconômico destes estudantes, averiguar se este perfil corresponde ao proposto pelo PNAES e tentar compreender o alcance a avaliação da política de assistência estudantil da UFRB.

4 CAPÍTULO III: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB: impactos e resultados para a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

4.1 Caminhos percorridos

A experiência de estágio se configura como um divisor de águas na vida de qualquer estudante, visto que esta experiência de contato com os campos de atuação proporcionam um olhar crítico e uma análise da capacidade interventiva, propositiva do Assistente Social, assim como, a legislação em que se baseia a prática. Desta forma, o estágio supervisionado realizado na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), proporcionou uma maior aproximação com o Serviço Social na Educação Superior, os programas, políticas e projetos envolvidos, percebendo os limites e possibilidades deste campo de atuação.

Durante o período de observação e intervenção, foi possível notar que a maior demanda da instituição é voltada para a assistência estudantil, sendo esta também a maior requisição para o Serviço Social, principalmente no que diz respeito ao Programa de Permanência Qualificada (PPQ). A partir destas reflexões, surge o desejo de contribuir com a discussão a cerca da Política de Assistência Estudantil no contexto da UFRB e compreender como se materializa na vida dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica.

Desta forma, após a análise do primeiro capítulo onde trouxemos uma explanação da formação geográfica, social, cultural do Recôncavo, assim como a luta histórica pela criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e o compromisso desta com a população do Recôncavo e a discussão no segundo capítulo abordando o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e como este se materializa na UFRB, através da Pró- Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPPAE e do Programa de Permanência Qualificada – PPQ, este terceiro capítulo traz uma análise do Perfil Socioeconômico dos estudantes assistidos pelo programa.

4.2 Metodologia

Entende-se por metodologia, o caminho do pensamento a ser seguido onde, ocupa um lugar central na teoria e diz respeito basicamente, do conjunto de técnicas e instrumentos a serem adotadas para produzir conhecimento acerca de uma realidade. (MINAYO 2003, p. 16-18). A pesquisa é, assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade, como pontua Demo:

Pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que aqueles. (DEMO, 1997, p. 23)

Corroboramos com Demo, no momento em que ele define a pesquisa e chama atenção para o fato de que nenhuma pesquisa vai esgotar a realidade pesquisada. Sendo assim, sempre haverá algo novo a descobrir. Os olhares dos pesquisadores são diversos em relação ao objeto pesquisado.

Esta pesquisa assume essencialmente a natureza quantitativa descritiva, pois visa, através dos dados fornecidos pela PROPAAE, traçar o perfil socioeconômico dos estudantes assistidos pelo Programa de Permanência Qualificada – PPQ. Segundo Martinelli (1994, p. 34):

A abordagem quantitativa quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. Para muitos autores a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que contribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo, ou seja, a fenomenologia, a dialética e a hermenêutica.

A pesquisa também assume o caráter qualitativo por ser construída, principalmente, a partir de revisões bibliográficas e documentais a cerca do tema e por envolver a observação institucional durante o Estágio Supervisionado I e II e logo em seguida fazendo parte do SANKOFA - Programa de Vivência Institucional em Políticas e Ação Afirmativas na UFRB.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para descrever a temática, contextualizar o objeto e embasar a análise que será feita a seguir. Apesar da grande dificuldade em encontrar autores, em especial livros, que discutam o Recôncavo (Cap. 1) e a assistência estudantil (cap. 2), por meio das leituras de livros, artigos e, principalmente, teses, foi possível contextualizar o problema de pesquisa e refletir a respeito de conceitos e teorias com ele relacionadas. A observação institucional, por sua vez, foi realizada durante um ano na sede da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, em Cruz das Almas- BA, o que me levou a compreender melhor o trabalho realizado pela PROPAAE, em especial da CAE e o alcance do Programa de Permanência Qualificada – PPQ.

A pesquisa documental consiste em uma técnica de investigação baseada na observação e análise de informações extraídas de registros, a fim de compreender um determinado objeto. Gil (1987) diferencia a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica, sendo a primeira referente a materiais sem tratamento analítico e a segunda relacionada à abordagem de vários autores sobre determinada temática. A pesquisa documental está explícita nos dados e informações referentes à discussão proposta, já a pesquisa bibliográfica pode ser percebida no acesso às fontes que permitem embasar teoricamente a discussão proposta.

A coleta de dados, neste estudo, foi realizada junto à Coordenadoria de Assuntos estudantis, levantando informações referentes aos estudantes assistidos pela PROPAAE de 2006, quando se iniciou os trabalhos da Pró-reitoria, paralelo ao surgimento da Universidade, até o 2013, sendo garantido o sigilo das informações relacionadas aos nomes ou qualquer informação pessoal dos alunos participantes do programa. Com base nas informações levantadas, é possível construir o perfil dos discentes assistidos pela assistência estudantil da Universidade do Recôncavo da Bahia.

4.3 Análise e Interpretação dos dados e construção do perfil socioeconômico.

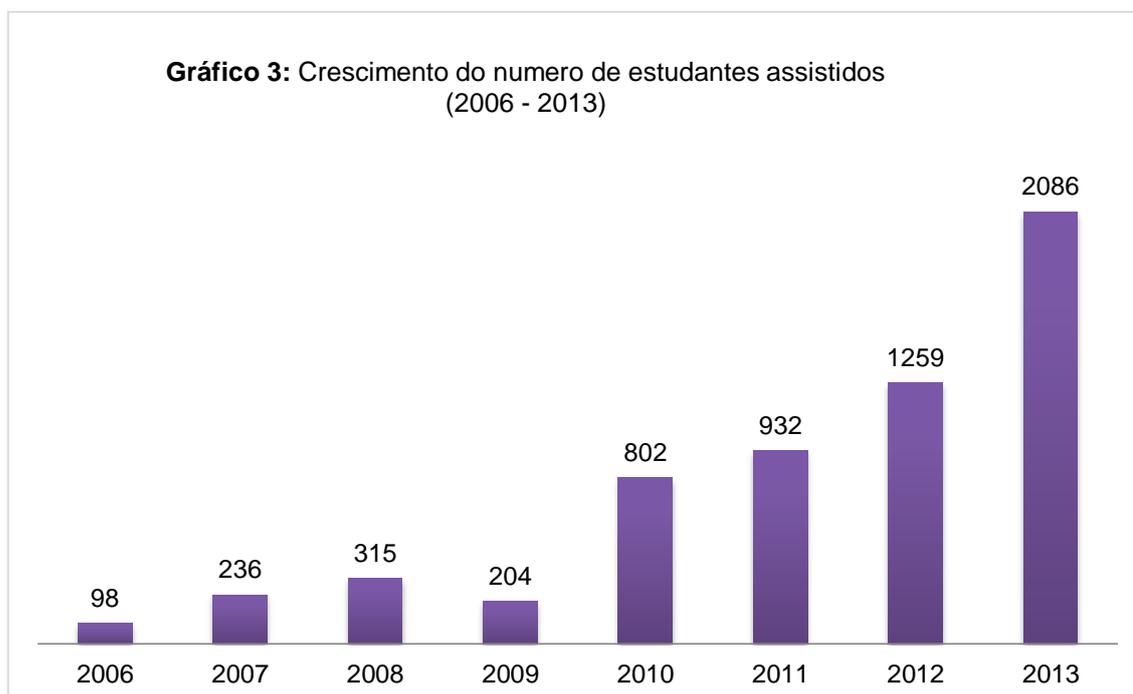
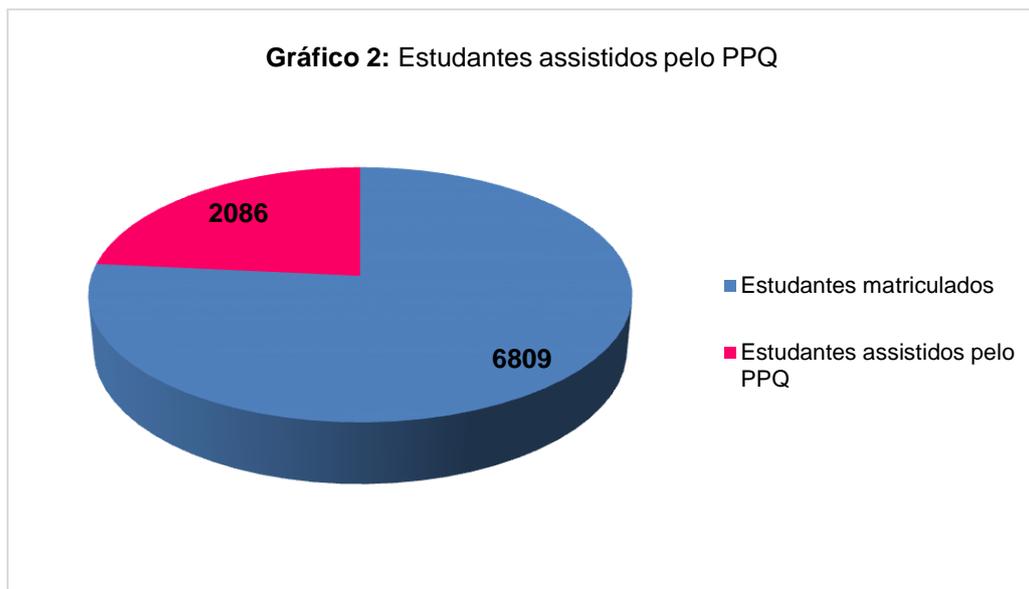
Esta seção abordará a apresentação dos dados levantados com a pesquisa documental, os resultados encontrados pela análise estatística e a discussão desses à luz da pesquisa bibliográfica sobre o tema. Serão analisados a quantidade de estudantes assistidos e como se deu o crescimento deste número ao longo dos últimos anos com a implementação do PNAES, além de tentar compreender o perfil destes estudantes levando em consideração as variáveis de gênero, renda, faixa etária, raça/cor, cidade origem, modalidades e centro de ensino.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB possui atualmente 6809 (seis mil oitocentos e nove estudantes)¹⁶, matriculados em 40 (quarenta) cursos de graduação, alocados de acordo com as áreas de concentração, nos 6 centros de estudo, como explicitados na tabela 2.¹⁷

Os programas de assistência estudantil da PROPAAE já atenderam, entre 2006 e 2013, aproximadamente 5.887 (cinco mil oitocentos e oitenta e sete) estudantes. Atualmente O Programa de Permanência Qualificada - PPQ atende a 2086 (dois mil e oitenta e seis) discentes, o que representa aproximadamente 35 % dos estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, selecionados prioritariamente por critérios socioeconômicos, como explicitados no capítulo anterior.

¹⁶Este numero diz respeito aos estudantes matriculados até 2013. Extraído de: <http://www.ufrb.edu.br/surrac/index.php/ufrb-em-numeros>

¹⁷Ressaltamos que, dos 6 centros de ensino da UFRB, 2 (CETENS e CECULT) foram inaugurados no segundo semestre de 2013 e não serão levados em consideração nesta pesquisa.

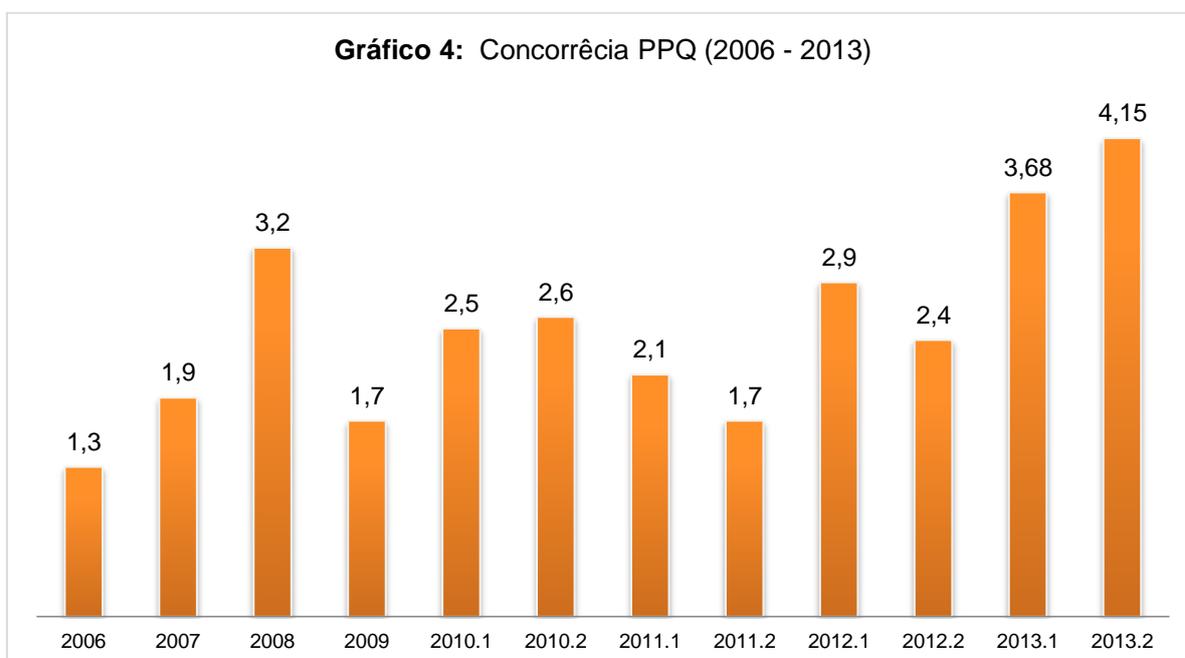


Ao analisarmos o gráfico 3, notamos que, ao longo dos anos, houve um aumento gradativo do número de estudantes que beneficiados pelos auxílios vinculados a PROPAAE. É importante ressaltar que o PNAES entra em vigor somente em 2010, sendo assim, até este momento a assistência estudantil da UFRB era, via de regra, custeada pela instituição, o que justifica o decréscimo no ano de 2009 e o aumento de aproximadamente 75% já no ano seguinte, quando o programa entrou em vigor.

Apesar do aumento no número de estudantes atendidos, a demanda em relação ao PPQ também se torna maior em relação ao mesmo período, visto que, concomitantemente a implementação do PNAES, a UFRB adota o ENEM/ Sisu como única forma de ingresso, o que ampliou significativamente o número de estudantes e com isso a demanda por assistência estudantil.

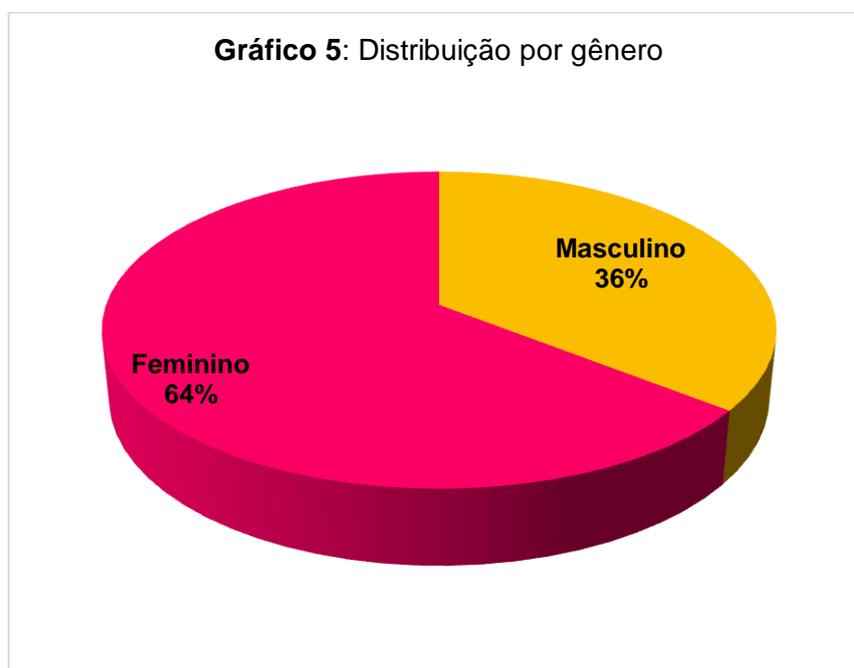
Tabela 4: Relação vagas x inscritos (2006 – 2013)¹⁸

PERÍODO LETIVO	INSCRITOS	VAGAS	CONCORRÊNCIA
2006	126	98	1,3
2007	249	138	1,9
2008	250	79	3,2
2009	139	89	1,7
2010.1	452	187	2,5
2010.2	451	173	2,6
2011.1	465	225	2,1
2011.2	398	235	1,7
2012.1	446	204	2,9
2012.2	490	205	2,4
2013.1	637	173	3,68
2013.2	710	171	4,15



¹⁸ Com a implementação do PNAES passam a serem realizados dois processos seletivos por ano

Através do cruzamento dos dados foi possível constatar o perfil geral dos estudantes assistidos pelo PPQ, o qual é composto majoritariamente pelo sexo feminino, como aponta o gráfico 5.

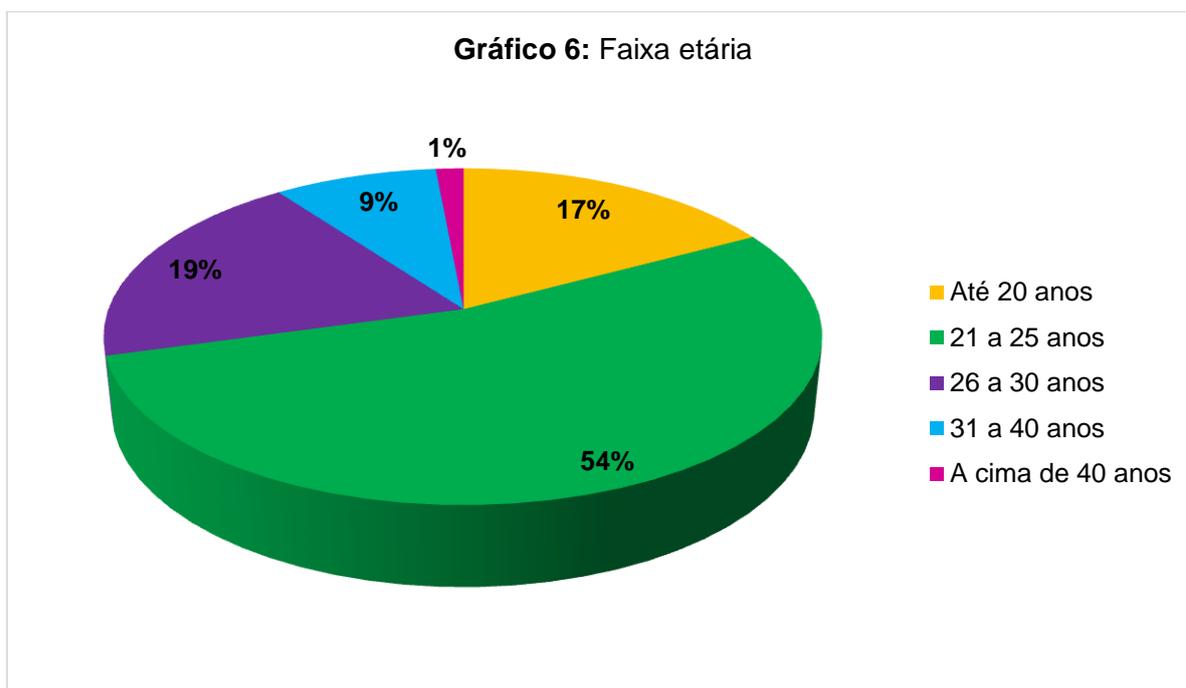


Verificou-se que a presença de mulheres representa aproximadamente 64% do total de estudantes assistidos pelos programas de assistência estudantil, apesar do programa não fazer distinção entre os gêneros no tocante ao acesso. Esse dado nos chama a atenção visto que, é cada vez maior o número de mulheres buscando novas possibilidades de romper paradigmas em relação à educação no Brasil, uma vez que durante décadas foram excluídas deste espaço considerado masculino. Neste contexto, Brandão e Marins (2007) constataam:

(...) desde seus primórdios, a educação formal no Brasil se desenvolveu no âmbito de uma clara clivagem de gênero, na qual as mulheres ocupavam as posições mais desprivilegiadas. Isto se refletia em uma configuração onde as mulheres alcançavam taxas ínfimas de alfabetização em relação aos homens e dificilmente chegavam ao ensino superior (BRANDÃO e MARINS, 2007, p. 198).

Quanto ao aspecto geracional, observa-se que a maior parte dos discentes beneficiados é jovem, com idades entre 21 e 25 anos que, de acordo com as condicionalidades do PNAES, (Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010) não exercem

atividade remunerada, tendo suas despesas custeadas pela família ou por outro mantenedor.

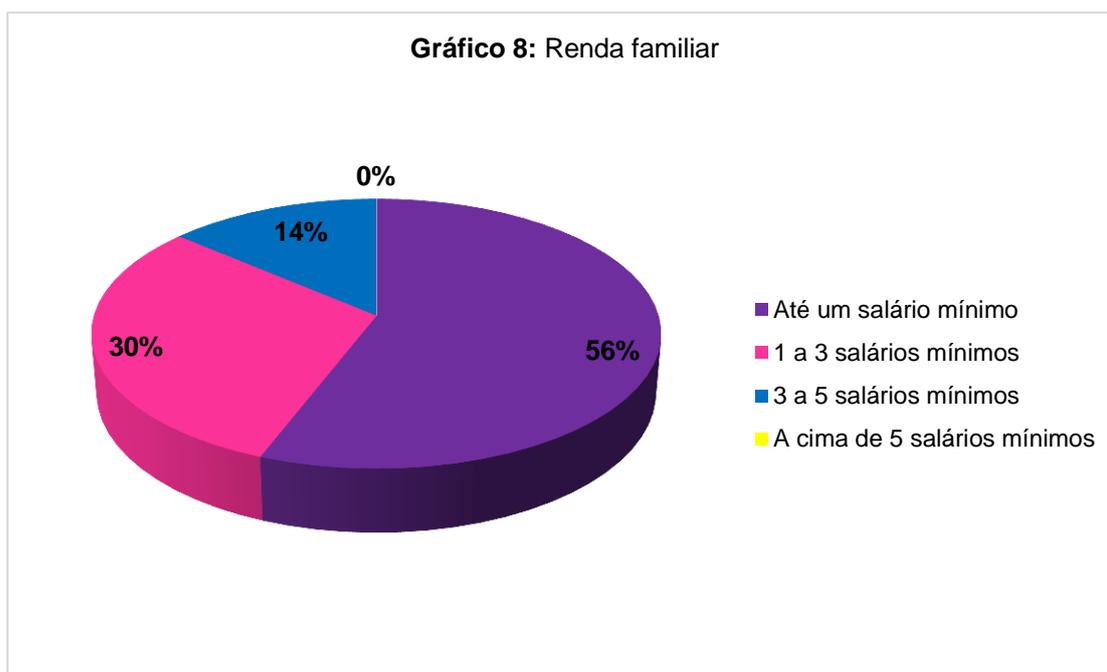


No que diz respeito a variável raça/cor, 90% dos estudantes se autodeclararam negros ou pardos, como pode ser observado no gráfico 7.¹⁹

¹⁹As informações apresentados no gráfico 7 não incluem os estudantes ingressantes no PPQ no ano de 2013, se limitando ao período de 2006 a 2012.



Em relação à distribuição de renda, os dados apontam que 56% dos estudantes apresentam renda familiar de até um salário mínimo²⁰.

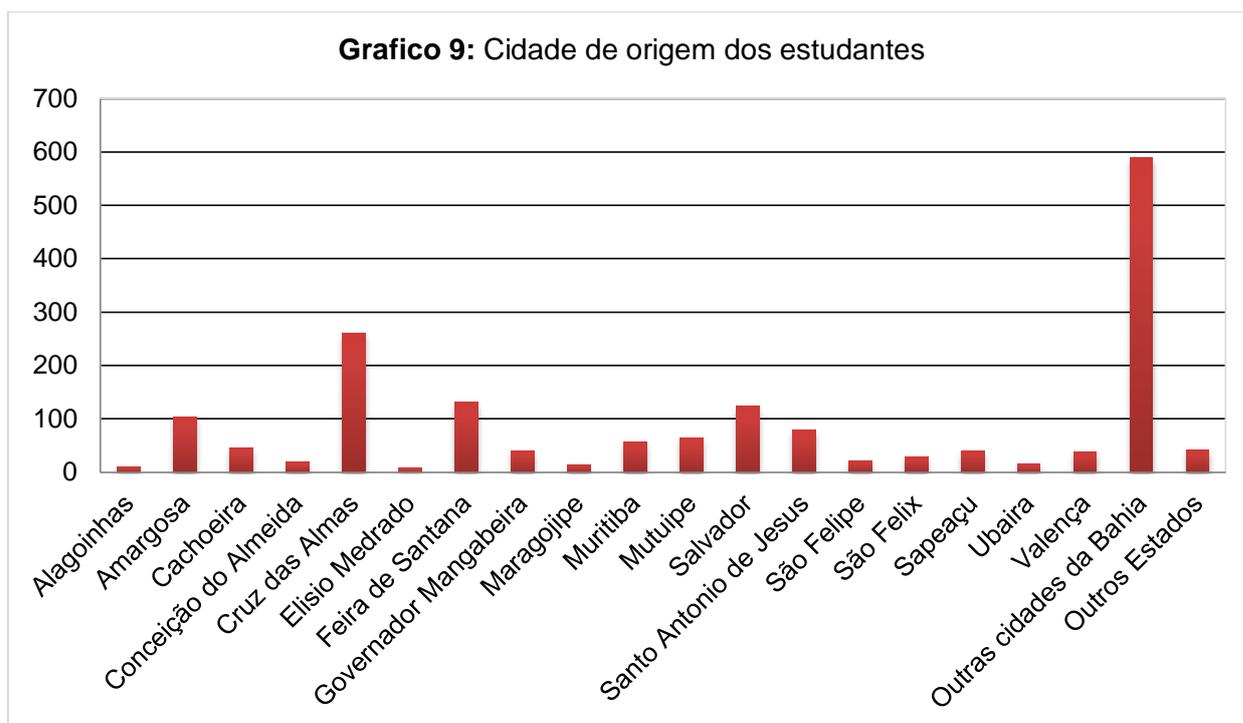


²⁰ A classificação de renda é realizada de acordo com a lista de classes sociais do IBGE. Disponível em: <http://www.datosmarketing.com.br/listas-detahes-classes-sociais.asp>

As informações apresentados no gráfico 8 não incluem os estudantes ingressantes no PPQ no ano de 2013, se limitando ao período de 2006 a 2012.

Como já discorremos no capítulo anterior, o PNAES estabelece que os estudantes assistidos devam possuir renda de até um salário mínimo e meio *per capita*. No entanto, constatamos, através do gráfico 8, que a realidade econômica dos estudantes assistidos pelo PQQ é ainda mais alarmante, visto que a maioria destes possuem renda de até um salário mínimo familiar. Através destes dados, podemos considerar não só que estes estudantes se encontram em profunda vulnerabilidade econômica, como também que, sem os auxílios fornecidos pelo programa, provavelmente não conseguiriam permanecer na Universidade.

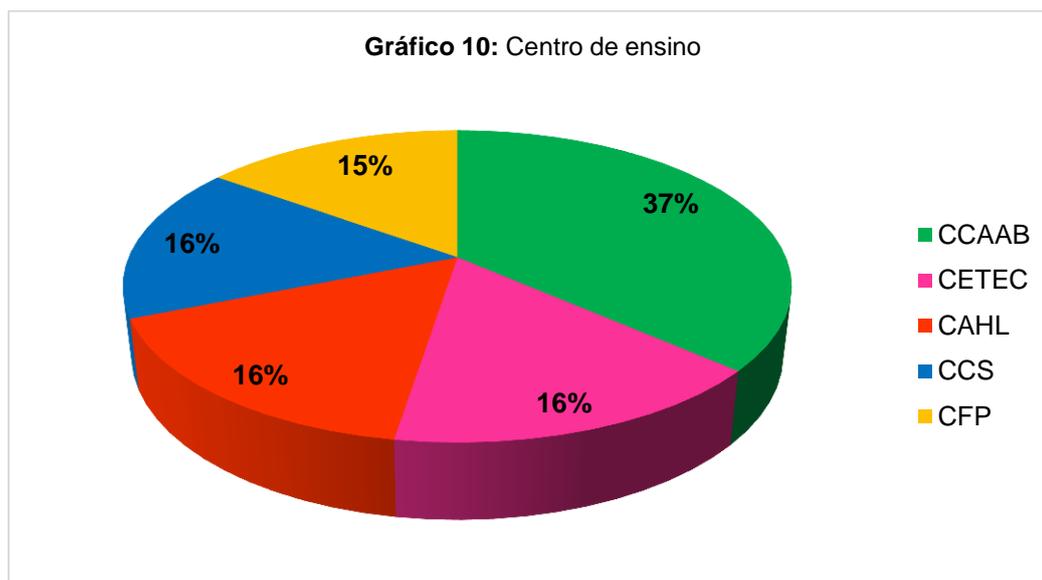
Em relação à Cidade de Origem, adotamos o recorte do “Territórios de Identidade²¹” para analisar os referentes dados. Neste sentido, pôde-se verificar que 49 % são oriundos de cidades do Território Identidade do Recôncavo, sendo Cruz das Almas, Amargosa e Santo Antônio de Jesus as cidades que possuem maiores números de estudantes assistidos, 260, 104 e 78 respectivamente, como explicitado no gráfico 9:



²¹O conceito de território utilizado pela Secretaria de Cultura da Bahia entende que eles não são definidos pela objetividade dos fatores disponíveis, mas pela maneira como se organizam e devem ser entendidos como “base geográfica da existência social”. (MIRANDA e SOUZA, 2012, p. 11)

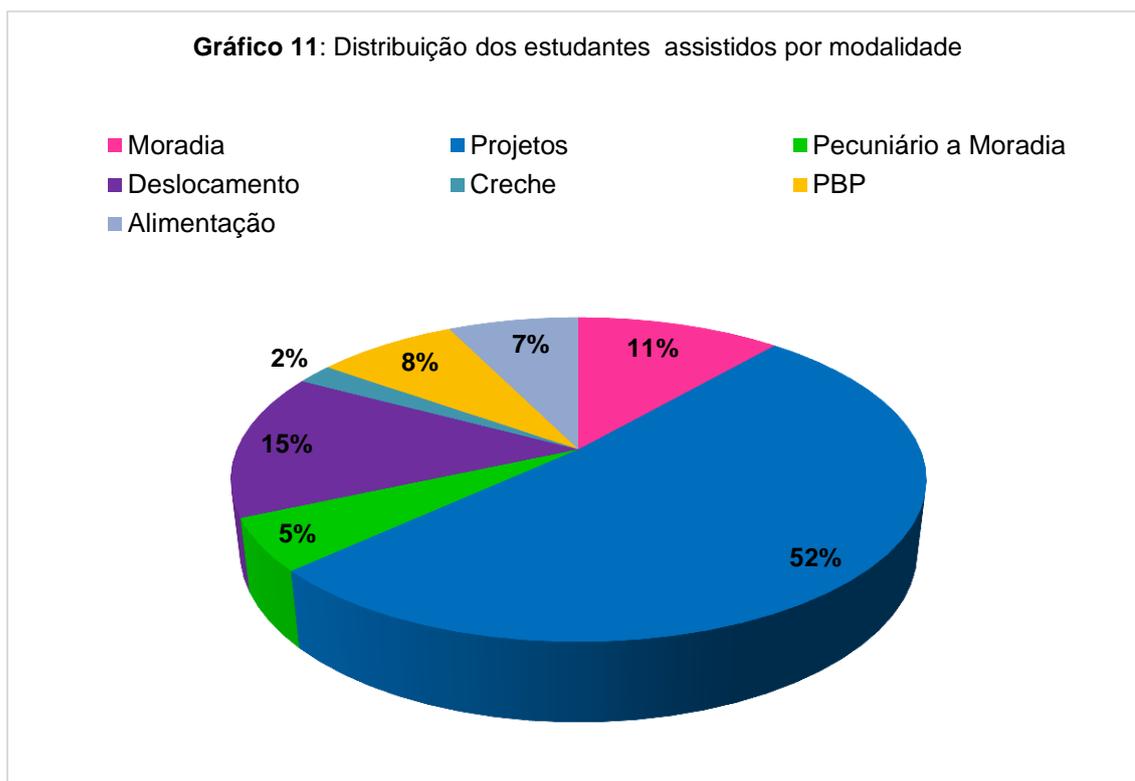
Estes dados reforçam a proposta da Universidade de atender a população do Recôncavo que representa, como já refletimos, uma região fruto de uma formação sociocultural de desigualdade intrínseca nas relações e que ainda hoje a maioria da população se encontra em vulnerabilidade social. Onde as cidades sede tidas como as mais desenvolvidas do Recôncavo²², apresentam renda *per capita* muito abaixo de um salário mínimo e meio, como previsto no PNAES, como pôde ser visto na tabela 4.

No que diz respeito à distribuição de auxílios por Centro de ensino, a maioria dos beneficiados são estudantes dos Centros de ensino localizados em Cruz das Almas, que juntos somam 53%.



No que se refere especificamente aos auxílios, os estudantes assistidos estão inseridos nas modalidades as quais se inscreveram e obedecem aos critérios estabelecidos pelo PPQ/ PNAES.

²²Ver plano de criação da UFRB (2003). Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/historia>



De acordo com o gráfico 11, podemos observar que a maior demanda é por auxílios vinculados a Projetos, o que nos leva a crer que aproximadamente 52% dos estudantes que mantém vínculo com a PROPAAE estão inseridos em grupos/projetos de pesquisa e a extensão. Segundo o FONAPRACE (2007), permear essas três dimensões do fazer acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-la na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.

A análise conjuntural dos dados os permite reputar que as ações de assistência estudantil na UFRB estão estruturadas desde o seu surgimento, quando, custeadas pela própria universidade, os limites orçamentários comprometiam a alocação de recursos financeiros para financiamento destas ações. É através da implementação do PNAES que estas ações ganham fôlego e, dentro de suas limitações, vêm atendendo a cada ano um número maior de estudantes.

Desta forma, com base nos dados expostos, pode-se considerar que as ações de assistência estudantil desenvolvidas pela PROPAAE/ UFRB interferem de maneira positiva no que se refere ao acesso e permanência dessa população na

UFRB, por tratar-se de uma política voltada a proporcionar condições ao estudante para manter-se na universidade, contribuindo, de alguma forma, para melhorias no desempenho acadêmico e qualidade de vida dos estudantes.

Estas informações, porém, não nos permitem apontar reflexões a cerca de como esta política é executada visto que, esta análise de natureza quantitativa, não considera os atendimentos aos estudantes, assim como as ações da PROPAAE que não estão inseridas no Programa de Permanência Qualificada. Desta forma, temos ciência que, para isto, seria necessária uma análise em proporções maiores e reforça o pensamento que este é apenas o primeiro passo de um todo que está por vir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proposto buscou compreender os possíveis impactos dos programas de assistência estudantil desenvolvidos pela UFRB, através de recurso PNAES, para a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na Universidade.

Segundo Gomes (2007), a vida acadêmica é muito mais do que a sala de aula, currículos, disciplinas, e provas. A universidade, sobretudo a pública, é um espaço rico de oportunidades, debates, pesquisas, discussões, atividades culturais e, conseqüentemente, de produção de conhecimento científico. Entretanto, no cotidiano acadêmico, as origens socioeconômicas e raciais, o capital cultural, as oportunidades sociais e a desigualdade sócio-racial interpõem trajetórias diferenciadas para os(as) alunos(as). Por isso, faz-se necessário a construção de ações afirmativas de permanência para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica permaneçam no interior das universidades. Potencial e a capacidade para aprofundamento nos estudos, bem como para continuar seguindo em frente, todos esses alunos e alunas têm. Falta-lhes a oportunidade e as condições adequadas para exercerem o direito de uma trajetória universitária digna que ultrapasse a assistência estudantil (GOMES, 2007, p. 257).

O Programa de reestruturação e expansão das universidades federais tem um papel crucial na interiorização das universidades, fazendo com que esta deixe de ser um privilégio exclusivo dos grandes centros e passe a fazer parte da realidade das cidades de médio e pequeno porte. Neste sentido, compreendemos que a (re) democratização das universidades não se efetivará mediante apenas o acesso à educação superior gratuita. Essa expansão, principalmente quando abrange regiões economicamente desfavorecidas, como é o caso do Recôncavo Baiano, abre as portas das Universidades para um número, a cada ano, maior de alunos oriundos de famílias pobres, antes colocadas à margem da educação superior no Brasil.

É importante ter claro que apenas a oferta da vaga não é suficiente para que estes alunos consigam permanecer na Universidade. Assim, o acesso ao ensino superior deve estar atrelado a medidas efetivas que garantam a permanência. Atrelada à educação, a política de assistência estudantil, enquanto política social de

direito no âmbito da educação, deve contribuir na redução das desigualdades sociais nestes espaços.

De acordo com Almeida (2000, p. 73), a implementação de programas de assistência estudantil torna-se uma estratégia governamental de suma importância para o enfrentamento de problemas de acesso e permanência desse segmento nas IFES, em decorrência dos altos índices de abandono e retenção do espaço escolar.

Neste sentido, o PNAES representa um enorme avanço para materialização da assistência estudantil na Universidade tanto no que diz respeito ao direcionamento do repasse financeiro para que as IES tenham “autonomia” para gerir seus programas, tanto nas orientações e regulamentações de como esta política deve ser executada e o público alvo a qual se destina, que por si só já é uma grande conquista. Para tanto, o FONAPRACE teve papel fundamental, na medida em que a partir da realização de diversas pesquisas e mobilizações, enfatiza o quanto necessário e preciso investimentos em assistência estudantil.

Diante disto, podemos afirmar que o PNAES é uma política importante quanto à ampliação da possibilidade e geração de condições de permanência na educação superior, pois, uma vez possibilitado o acesso, a permanência dos estudantes se torna fundamental a fim de que o chamado processo de democratização seja considerado efetivo. (ESTRADA e RADAELLI, 2014, p.5).

Na UFRB, a PROPAAE, precursora nacional no que diz respeito às ações afirmativas, assume o importante papel de assegurar as condições mínimas necessárias para que o estudante que se encontra em vulnerabilidade social permaneça na universidade e é notório o avanço e o aumento da cobertura dos alunos a partir da implementação do PNAES que, devido ao orçamento ainda restrito, ainda se configura como uma política focalizada, visto que estabelece quem será o “grupo” atendido por o que não a faz uma política Universal, onde segundo Pereira,

estes, por seu turno, devem dispor de uma “vantagem comparativa” ou “discriminação positiva” em relação a outros grupos em melhores situações socioeconômicas e capazes de adquirir serviços por conta própria. Ou seja, nesta perspectiva, a seletividade – que não é outra coisa senão a focalização na pobreza, ou a seletividade dos gastos sociais – significa garantir que os subsídios públicos cheguem aos cidadãos mais necessitados, sem que os grupos menos necessitados deles se apropriem “indevidamente” (PEREIRA, 2010, p. 113).

Através da pesquisa, pudemos traçar, pela primeira vez, o perfil socioeconômico dos estudantes assistidos pela PROPPAE, através do Programa de Permanência Qualificada – PPQ. A partir dos dados, constatamos que o PPQ atende a aproximadamente 35% dos estudantes de graduação presencial da UFRB. Sendo estes estudantes em sua maioria jovens, negros e pardos, do sexo feminino e com renda familiar de até um salário mínimo, o que mostra que o PPQ tem atingido o objetivo proposto.

Desta maneira, podemos considerar que a implementação desse programa na UFRB tem sido eficiente na medida em que tem buscado atender ao maior contingente de alunos em situação de vulnerabilidade social, assegurando condições mínimas para que estes permaneçam na Universidade. O quantitativo de estudantes assistidos aponta um representativo aumento. No entanto, a oferta dos programas ainda é menor que a real demanda de estudantes que necessitam do Programa para permanecerem na Universidade.

Contudo, ainda não é possível tirar conclusões definitivas e concretas a respeito da Política de Assistência Estudantil na UFRB e dos resultados que podem ser atingidos por meio de sua aplicação, por se tratar de uma política recente e que ainda está em processo de adaptação e avaliação por parte das IES, mas que é inegável os avanços e a sua contribuição para que a UFRB se configure como um espaço democrático e que atenda a população do território ao qual está inserido.

Por fim, esta importante discussão não se esgota neste trabalho. Pela frente há um longo caminho a ser percorrido, muitas questões a serem aprofundadas, refletidas e avaliadas. Por hora, fica a satisfação em estar contribuindo para o debate a cerca da assistência estudantil na UFRB e a certeza que este é apenas o primeiro passo de uma longa caminhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

ALMEIDA, J.C.V. **Avaliação Da Implementação Do PNAES - Programa Nacional De Assistência Estudantil Na UFPR**. Disponível em <http://siaibib01.univali.br/pdf/Jaqueline%20Cavalari%20Sales%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em maio/ 2014.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Educação pública e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade em Revista, Ano XXI, nº 63, Julho 2000 – São Paulo: Editora Cortez, p. 62-75.

ALVES, Jolinda Moraes. **A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública**. In: Serviço Social em Revista. v. 5, n. 1. jul/dez. 2002. Londrina: UEL, 2002. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.html. Acesso em: setembro/ 2014. análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação. Acesso em outubro/ 2014.

ANDRÉS. Aparecida . **Aspectos Da Assistência Estudantil Nas Universidades Brasileiras**. Educação e Cultura, 2011. Disponível em file:///C:/Users/Micro/Downloads/aspectos_assistencia_andres.pdf. Acesso em maio/ 2014.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de & et al. **Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil**. 2008 Disponível em: http://www.redecaes.com.br/bibliografia_joao/democratiza%C2%A6%C3%8A%20do%20acesso.pdf. Acesso em: setembro/ 2014.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Guia cultural da Bahia: Região Metropolitana de Salvador**: Salvador: SECULT, 1998. 3 v.

BRASIL. **Decreto N°. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 29/06/2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em maio/2014.

BRASIL. **Edital para Seleção do Programa de Permanência Qualificada – PPQ 2013. 2**. Disponível em www.propaae.ufrb.edu.br. Acesso em: maio/ 2144.
BRASIL. **Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da

Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11151.htm. Acesso em maio 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Plano de Assistência Estudantil. Ministério da Educação**. 2007. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 26/06/2011.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. 2004.

CHIARINI, T. e VIEIRA, K. P. **Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I**. Rev. Bras. Econ. vol.66 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402012000100006> . Acesso em setembro/2014.

CISLAGHI, Juliana Fiuza e SILVA, Mateus Thomaz da. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência** . 2012. Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.unb.br%2Findex.php%2FSER_Social%2Farticle%2Fdownload%2F7103%2F6489&ei=ysAHVNfBHUGCsQSXhYDABw&usg=AFQjCNFUn2ipA_fwAujMSq_ZG3oB853GHw&sig2=0BfFJJ9Ah3bLr8GkV6nV4Q&bvm=bv.74115972,d.cWc. Acesso em setembro /2014.

DEMO, Pedro. **“Alguns pressupostos Metodológicos”, “Introdução ao ensino da metodologia da ciência”** . In: Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1987, 2ª Edição. p.23.

ESTRADA, A. A. e RADAELLI, A. B. **Permanência na educação superior: aspectos da assistência estudantil**. Disponível em <http://atlante.eumed.net/wp-content/uploads/oportunidades-estudantes1.pdf>. Acesso em agosto /2014.

ESTRADA, A. A. e RADAELLI, A. B. **Permanência na educação superior: Apontamentos sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Disponível em http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_04/104.pdf. Acesso em agosto /2014.

FALCÓN, Gustavo - **A Face Hegemônica Da Bahia**. Em: Panorama cultural da Bahia. Série estudos e pesquisas, 92. (p. 21- 40) Salvador- Bahia.

FARO, Ailton. **Os desafios da assistência estudantil como política de inclusão**. Art. 12/11/2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com-content&view=article&=54:os-desafios-da-assistencia-estudantil-como-politica-de-inclusao&catid=1:ultimasnoticias&itemid=50>. Acesso em junho/2014.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. de M.; SILVEIRA, R.J. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina – UEL – Indicadores para implantação de uma política de Assistência Estudantil**. Libertas, Juiz de Fora, v.2, n.1, dez/2007, p. 188-206.

FINATTI, Betty Elmer. **Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Londrina/UEL**.2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Assistência Estudantil: Uma questão de Investimento**. 2000. Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html. Acesso em outubro/2014.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>> Acesso em: setembro/ 2014.

FRAGA, Walter.. **A UFRB e o Recôncavo da Bahia**. Em: UFRB 5 anos: caminhos, histórias e memórias. 1ª Ed. (p.06-17). Cruz das Almas: UFRB.

GIL, Antônio Carlos Gil. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo:

GOMES, Nilma Lino. **Universidade Pública como Direito dos(as) Jovens Negros(as): a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG**. In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas2007. Edição eletrônica.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. NESPI nº 1. São Paulo: PUCSP, 1994.

MAYORGA, Claudia (Organizadora). **Universidade cindida, universidade em conexões: ensaios sobre democratização da universidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 19-45.

MINAYO, Maria Cecília de Souza . (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINISTERIO DA EDUCACÃO. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Disponível em -

file:///C:/Users/2138016/Downloads/analise_expansao_universidade_federais_2003_2012.pdf... Acesso em outubro/ 2014.

MIRANDA, VSN e SOUZA, SB. **O Pioneirismo Do Curso De Serviço Social No Recôncavo Baiano: Os Desafios Na Formação Profissional**. Disponível em file:///C:/Users/Micro/Desktop/TCC/2br_noronha_miranda_stamp.pdf. Acesso em: outubro/ 2014.

NACIF, P G S. **Esta terra chamada Recôncavo Baiano**. A TARDE, A2, Salvador, Segunda-Feira, 16 08/2010. Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/bibliotecacfp/arquivo-de-noticias/1-noticias/7-esta-terra-chamada-reconcavo-baiano>. Acesso em julho/2014.

NARDI, Jean Baptiste. **Recôncavo Baiano: Entre Teorias E Práticas Do Desenvolvimento Territorial**. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Rec%C3%B4ncavo-baiano-entre-teorias-e-pr%C3%A1ticas-do-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em outubro/ 2014.

NASCIMENTO, Claudio Orlando Costa do; DIAS, Rita. **A 'condição de estudante' e a experiência de acesso e permanência qualificada na UFRB**. POLÍTICA & TRABALHO. Revista de Ciências Sociais n. 33 Outubro de 2010 - p. 117-129.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Salvador, Ba: UFBA/Mestrado me história, 2000. (Dissertação de Mestrado)

PEREIRA, Potyara Amazoneida e STEIN, Rosa Helena. **Política Social: universalidade versus focalização**. In: BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

PNUD - **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em junho/ 2014.
PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - Reuni 2008 – **Relatório de Primeiro Ano 2009**. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc.. Acesso em outubro/ 2014.

REIS, João José. **RECONCAVO REBELDE: REVOLTAS ESCRAVAS NOS ENGENHOS BAIANOS**. 1990. Disponível em: (Universidade Federal da Bahia) https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3589/1/afroasia_n15_p100.pdf. Acesso em junho/ 2014.

REUNI. **O que é o REUNI?** Disponível em http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=2 . Acesso em janeiro de 2014.

SANTOS, Janette dos. **Política Pública de Acesso ao Ensino Superior Um olhar sobre a utilização do ENEM SISU na UFRB**. XI Congresso luso afro brasileiro de

Ciências Sociais. Diversidade e (Des) Igualdades, Salvador, 07 a 10 de Agosto de 2011, Universidade Federal da Bahia (UFBA)- PAF I e II, Campus Ondina.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. In: BRANDÃO, Maria (Org.). Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Academia de Letras da Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1998.

SARKIS, Paulo Jorge. **Equidade de acesso à educação Superior: o caso da UFSC**. In: PEIXOTO, Maria do C. de Lacerda (Org). Universidade e democracia: experiências e alternativas para ampliação do acesso à universidade pública brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/001138.shtml>. Acesso em: julho/ 2014.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
SILVEIRA, Míriam Moreira. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Pelotas 2012. Mestrado em Política Social (Dissertação de Mestrado)

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. **Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas**. In: SPINK, M. J. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41-62.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação - 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>> Acesso em agosto/ 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, **Regimento Geral da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/portal/documentos/category/2-documentos?download=3:regimento-geral-da-ufrb>. Acesso em outubro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, **Relatórios de Gestão anual** . Disponível em: www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/relatorios-de-gestao. Acesso em fevereiro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Pró - Reitoria De Políticas Afirmativas E Assuntos Estudantis- PROPAAE**. Disponível em: [/www.ufrb.edu.br/propaae/index.php](http://www.ufrb.edu.br/propaae/index.php). Acesso em janeiro/ 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Conexão de saberes**. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/conexoes/>. Acesso em dezembro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - 2010-2014**. Disponível em

<http://www.ufrb.edu.br/cahl/images/legislacao/pdi-ufrb-2010-2014.pdf> . Acesso em abril/ 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Projeto de Criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB**. UFRB: Cruz das Almas, 2003. Retirado de <http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/relatorios-de-gestao>. Acesso em: fevereiro /2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **UFRB 5 anos: Caminhos, Histórias e Memórias**. Universidade Federal do recôncavo da Bahia. 2010

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma** YAZBEK, Maria Carmelita. **As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de Loas**. Serviço Social & Sociedade, n. 77, p. 11-29, mar./2004. São Paulo: Cortez. Disponível em superior no Brasil. 2009. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/.../6598>. Acesso em: setembro/ 2014.